

FIGUEIREDO RECONHECE: TODOS OS RECURSOS VÃO PARA A DÍVIDA

Trabalhadores e empresários alertam o presidente:

A TOLERÂNCIA

ESTÁ NO FIM

HORA DO POVO

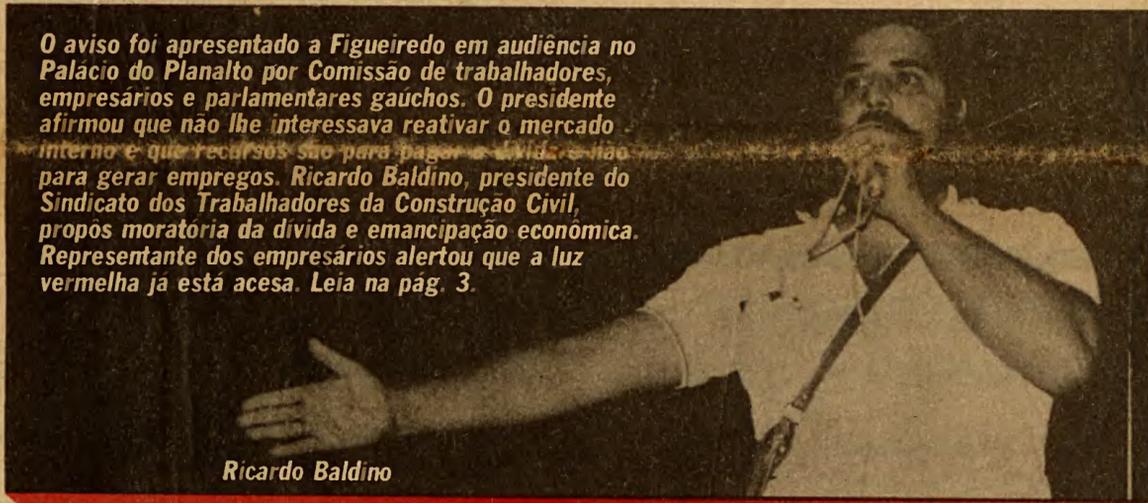
Ano IV — Nº 146 de 30/04 a 15/05 de 1983 — Cr\$ 200,00

UM BRASIL LIVRE E SOBERANO — Diretor-Presidente: Cláudio Campos

Nosso quer Montoro



O aviso foi apresentado a Figueiredo em audiência no Palácio do Planalto por Comissão de trabalhadores, empresários e parlamentares gaúchos. O presidente afirmou que não lhe interessava reativar o mercado interno e que recursos são para pagar a dívida e não para gerar empregos. Ricardo Baldino, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, propôs moratória da dívida e emancipação econômica. Representante dos empresários alertou que a luz vermelha já está acesa. Leia na pág. 3.



Ricardo Baldino

“DÍVIDA EXTERNA É A NOVA DERRAMA”

Governador Montoro afirma em Ouro Preto: “É preciso continuar a obra de Tiradentes porque o povo não suporta mais sofrimento nem opressão. A sangria da dívida precisa ser estancada pois a vida dos brasileiros não pode continuar submetida à prepotência de metrópoles longínquas”. Página 2.

Delfim Neto diz que Andreazza é ‘frouxo’

Disse também que dirigente dos empresários tem teia de aranha na cabeça e que o país não vive emergência

Ofensa foi diante de empresários e trabalhadores gaúchos, que lembraram sugestão do ministro do Interior de aumento de recursos para reativar o setor da construção civil. Para os pampas, ofereceu uma gargalhada. Página 3 e editorial.

Anistia Internacional quer liberdade para CLAUDIO CAMPOS

Personalidades e entidades do mundo inteiro enviam telegramas às autoridades brasileiras exigindo a libertação do diretor-presidente do HP (pág. 2)

Brizola e sindicatos organizam grandioso comício no 1º de maio

Esperadas 200 mil pessoas na Quinta da Boa Vista. (Pág. 8)

ATENTADO AO PAPA

Terrorista turco confessa que inventou a estapafúrdia “conexão búlgara”. (P.7)

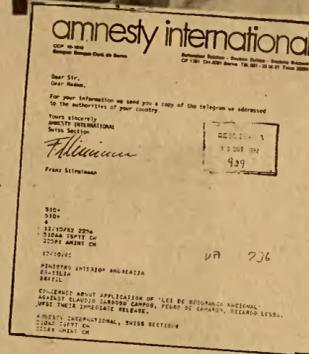
Desaba a farsa contra a Bulgária

Anistia Internacional exige liberdade para Claudio Campos

Centenas de cartas e telegramas estão sendo enviadas ao governo brasileiro reivindicando a libertação do nosso diretor presidente e a revisão da LSN.

Em todo o país, cresce a campanha pela libertação do diretor presidente do HORA DO POVO, ex-suplente de deputado federal pelo PMDB de São Paulo, que se encontra preso no Rio de Janeiro, condenado com base na Lei de Segurança Nacional. Todas as capitais e as principais cidades do país estão cobertas por inscrições organizadas por ativistas do PMDB e apoiadores desta folha, reivindicando a imediata liberdade para nosso companheiro e a revisão da Lei de Segurança Nacional.

A nível internacional, a organização Anistia Internacional recomendou a todos os seus filiados, que enviem cartas e telegramas ao governo brasileiro solicitando a liberdade para Claudio e para os jornalistas Pedro de Camargo e Ricardo Lessa. Desde o ano passado, milhares de manifestações de todos os quadrantes do mundo têm chegado ao Ministério da Justiça, ao Ministério do Interior e à Presidência da República.



A Anistia Internacional, em telegrama ao Ministro Anderson pede a urgente revisão da condenação de Claudio Campos.

Destas, cerca de duas centenas de cópias das cartas e telegramas foram também enviadas à Ordem dos Advogados do Brasil e Associação Brasileira de Imprensa. Entre as entidades que assinam as manifestações estão o Grupo de Jornalistas Profissionais da Anistia Internacional da Holanda, a Seção Sueca da Anistia Internacional, o Washington Office no Latin America, a União de Jornalistas Noruegueses, o Service de Presse Protestant, da Suíça, a Seção Inglesa da Anistia Internacional.

Em telegrama ao ministro Mário Andreazza, a Seção Suíça da Anistia Internacional reivindica a "imediata liberdade de Claudio Campos, Pedro de Camargo e Ricardo Lessa. Já o Washington Office no Latin America, em carta ao presidente Figueiredo, afirma que tal procedimento (a condenação e a prisão de Claudio e demais jornalistas) não coincide com a política de "abertura". Além disso, instamos para que seu governo pare de aplicar a Lei de Segurança Nacional, que restringe o direito de liberdade de expressão do povo brasileiro. Nós esperamos que o senhor corrija esta situação".

Por seu lado, a Associação dos Editores Norte-Americanos dirigiu-se ao ministro Andreazza para afirmar que "entendemos que os editoriais de Claudio Campos não violaram a Lei de Segurança Nacional, mas, sim, foram a expressão pacífica de suas idéias e reivindicamos sua libertação imediata". No mesmo sentido, a União dos Jornalistas Noruegueses, representando mais de

4000 profissionais, enviando correspondência ao presidente da República e aos ministros do Interior e da Justiça, acrescentam que "em nossa opinião, os jornalistas (presos) utilizaram seu direito de jornalistas profissionais de expressarem suas idéias e pontos de vista a respeito dos assuntos públicos, o que está de acordo com a Declaração dos Direitos Humanos internacionalmente aceita".

As cartas e telegramas enviadas ao governo brasileiro, cujas cópias estão em nosso poder, são provenientes dos Estados Unidos, França, Inglaterra, Suíça, Noruega, Suécia, Finlândia, Sri Lanka, Itália, Canadá, Dinamarca e Guiana.

VARGAS E TIRADENTES: HERÓIS DA INDEPENDÊNCIA

"A sangria da dívida precisa ser estancada"

Afirma o governador Montoro no encerramento da Semana da Inconfidência, que teve a presença de 15 mil pessoas em Ouro Preto

"A vida dos brasileiros não pode continuar submetida à prepotência de metrópoles longínquas como nos tempos de Colônia, quer elas agora se chamem multinacionais, sistema financeiro internacional, Fundo Monetário ou grandes potências. Está mais do que na hora dos brasileiros trabalharem para si mesmos, voltados para o mercado interno, cujo potencial em recursos naturais e humanos é imenso".

São palavras do governador de São Paulo, Franco Montoro, que foi o orador oficial na solenidade de encerramento da Semana da Inconfidência, promovida pelo governo de Minas Gerais. Em homenagem à memória de Tiradentes, a manifestação foi realizada na praça que leva seu nome, em Ouro Preto, para onde o governador Tancredo Neves transferiu simbolicamente a capital do Estado, no dia 21 de abril. Mais de 15 mil pessoas estiveram presentes ao ato, no qual o governador Tancredo Neves agradeceu 240 personalidades da vida nacional — entre elas, Franco Montoro, os presidentes do Senado e da Câmara Federal e o cantor Milton Nascimento — com a Medalha da Independência. Após os pronunciamentos de Montoro, Tancredo e do prefeito de Ouro Preto, Benedito Xavier, foi interpretado o poema de Cecília Meireles "Romanceiro da Inconfidência".

em 1954 ou 1983, estamos lutando a cada dia para completar a obra inacabada da independência e da liberdade. Cada vez é mais premente que a tomada de decisões neste país corresponda aos interesses e à vontade de nosso povo. Não podemos continuar trabalhando para entregar nosso ouro para os de fora".

"A sangria dos pagamentos da dívida internacional," continuou — "a moderna derrama imposta ao Brasil, precisa ser estancada. Não há saída para o nosso país sem que nos libertemos da dominação do sistema financeiro controlado por interesses que não são os nossos. Devemos buscar um novo tipo de entendimento com países de situação semelhante à nossa e realizar negociações urgentes com economias que nos são complementares. A atual política econômica não serve aos brasileiros nem ajuda a tornar realidade o sonho dos conjurados".

"POLÍTICA ECONÔMICA TEM QUE SER MUDADA"

Sonho que violência alguma pode destruir, como provam "os ideais dos conjurados", que "fermentam para sempre a nossa história". É com este espírito que Montoro analisa: "A atual crise, ao contrário do que tem de apavorante para muitos, pode ser para a Nação a hora da verdade. Chegou enfim o momento de tomar o rumo certo. Este rumo aponta para um modelo de desenvolvimento fundado nas aspirações e exigências da população. Se essas forem levadas em conta, a atual política econômica tem de ser rapidamente modificada, pois a população não pode continuar passivamente submetida à escalada da inflação, do achatamento salarial, do desemprego, da carestia e da fome".



Montoro: É preciso continuar a obra de Tiradentes

damente modificada, pois a população não pode continuar passivamente submetida à escalada da inflação, do achatamento salarial, do desemprego, da carestia e da fome".

Para modificar tal situação, "é a Nação, é o povo, que conhece seus problemas, que deve decidir soberanamente sobre os rumos de seu destino. O divórcio entre o povo e o poder é a causa fundamental dos grandes erros nacionais".

"INDEPENDÊNCIA, JUSTIÇA LIBERDADE E PAZ"

Erros que serão corrigidos para a conquista de emancipação do país, como registrou o governador de São Paulo no encerramento de seu emocionado pronunciamento:

"Destas terras de Minas Gerais irrompe, mais uma vez, a grande chama da esperança nos ideais e no exemplo da conjuração mineira. O

povo brasileiro não suporta mais sofrimento nem opressão. Quer ter voz e voto político e alcançar a plenitude da democracia, único caminho da independência, da justiça, da liberdade e da paz".

"Neste 21 de abril de 1983, a partir de Ouro Preto, como ressonância desta comemoração histórica, ecoa pelas regiões do país o braço que está na alma de todos os brasileiros: é preciso continuar a obra de Tiradentes!"

Câmara pode suspender processo na LSN contra João Cunha e Camata

Projeto ampliado imunidades parlamentares será votado esta semana

A Câmara Federal poderá determinar, esta semana, que sejam suspensos os processos com base na Lei de Segurança Nacional contra os deputados João Cunha do PMDB, Theodorico Ferreira, do PDS, e contra os ex-deputados Gerson Camata - hoje governador do Espírito Santo - e Freitas Diniz. Neste sentido, vai a votação, projeto do deputado João Cunha, estabelecendo que os processos com base na LSN, nos casos citados, são crimes comuns e, portanto, a Mesa da Câmara tem poder constitucional

para garantir a imunidade dos parlamentares. Na justificativa do projeto, o parlamentar lembra que tal prerrogativa da Mesa "visa temperar o rigor do vigente sistema de imunidades, que expõe o parlamentar à perseguição criminal por opiniões, palavras e votos proferidos no exercício do mandato, eliminando as imunidades em situações que podem ser intoleráveis".

Demanda, depois, que a expressão "crime comum" empregada pela Constituição Federal em seu art. 52, parágrafo 3º, contraponha-se a "crime de responsabili-

dade" e, por isto mesmo, "abrange todas as categorias de delitos que não se enquadram na definição deste último. Assim, os crimes políticos, os crimes eleitorais e os crimes militares são também, para a Constituição Federal, crimes comuns".

Esta interpretação foi aprovada pela Comissão de Justiça da Câmara e, caso seja confirmada esta semana em plenário, a Mesa da Câmara deverá se pronunciar no sentido de exercer a faculdade que a Constituição lhe atribui, determinando a suspensão dos processos baseados na LSN contra os parlamentares.

Tancredo: "Teses de Getúlio nunca foram tão atuais!"

Na comemoração do centenário de Vargas, governador de Minas afirma que a luta travada contra o capital estrangeiro é praticamente inexaurível.

Quase trinta anos após o seu suicídio, os jornais de todo o país, programas na televisão e os comentários das personalidades mais importantes da cena política brasileira convergiram para um único personagem: o ex-presidente Getúlio Vargas.

De fato, não é por acaso que, por ocasião das comemorações do centenário do nascimento de Vargas, a 19 de abril, seu nome, sua história e suas idéias provoquem tamanho interesse nos brasileiros de hoje. Como lembrou o Governador Tancredo Neves, "a mensagem de Getúlio é praticamente inexaurível. É a mensagem do nacionalismo, a mensagem da renovação social do Brasil. E são esses temas que, durante anos e anos, ainda veremos como bases para debate sobre a evolução social e política do País".

As teses de Getúlio nunca foram tão atuais, às lutas que ele sustentou contra o capital estrangeiro e sua luta pela libertação do trabalhador brasileiro, disse Tancredo.

Criador do salário mínimo, da jornada de oito horas, da lei de férias e da Justiça de Trabalho, Vargas será sempre lembrado, acima de tudo, como o estadista que procurou construir as bases do Brasil moderno, criando as condições para o desenvolvimento independente do País, esforço cujos maiores símbolos são a implantação do monopólio estatal do petróleo e a construção da usina de Volta Redonda.

A criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), da Eletrobrás, do Plano Nacional de Eletrificação, do Banco do Nordeste do Brasil e da Petrobrás marcaram sua política voltada para criar a infraestrutura necessária a um processo de industrialização do País que diminuísse sua dependência externa.

"A carta-testamento — comentou o governador do Rio, Leonel Brizola, durante homenagem a Vargas, anuncia uma outra visão para o futuro do nosso País".

— É exatamente essa visão do futuro que adquire atualidade. A presença massiva do capital estrangeiro e a internacionalização crescente da nossa economia representam vícios insanáveis para que o Brasil possa viver uma ordem democrática estável", afirmou Brizola.

A resistência encarnada às reformas pretendidas pelo ex-presidente foram denunciadas dramaticamente na sua carta-testamento.

"A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se a dos grupos nacionais revoltados contra o regime de



Tancredo presente na exposição em homenagem a Getúlio Vargas

garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. (...) Quer criar a liberdade nacional na potencialidade das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente".

Moratória negociada para preservar a dignidade do país

"Uma moratória negociada, colocada com dignidade aos nossos credores" foi a proposta feita pelo governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, "para que o Brasil possa retomar o ritmo de crescimento e sair da atual crise".

Em sua primeira entrevista coletiva após tomar posse, Tancredo esclareceu que a moratória proposta não é unilateral, mas, sim, negociada. Para ele, o adiamento puro e simples dos prazos para amortização poderia ter o inconveniente de, eventualmente, fechar o país a qualquer tipo de investimento estrangeiro.

A alternativa, segundo o governador de Minas, é procurar uma negociação que preserve a dignidade do país, possibilitando, ao mesmo tempo, que a atividade produtiva reencontre seus caminhos de expansão, aliviando, dessa forma, a pressão social que hoje preocupa todos os segmentos da sociedade brasileira.

Neste momento de crise, em que se encontra em perigo a soberania nacional, suas últimas palavras permanecem como um estímulo e lembram o seu exemplo para os que, hoje, prosseguem na mesma luta.

"Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, quem continuar sugando o sangue do povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. (...) Aos que pensam que me derrotaram, respondo com a minha vitória. (...) Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. (...) Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente, dou o primeiro passo a caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História".

Homenagem a Teotônio no Senado Federal

Dando continuidade à cruzada cívica que vem desenvolvendo por todo o país, denunciando a política de submissão de nossa Pátria ao capital financeiro internacional, o senador Teotônio Vilela foi ouvido e aclamado por cerca de mil pessoas, no Auditório Petrônio Portela, no Senado Federal. A manifestação, organizada por sindicatos, associações de classe e pelo Cebrade do Distrito Federal, teve a presença do presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, e de diversos outros parlamentares.

O senador, depois de ouvir emocionada saudação proferida por Ulysses Guimarães, fez seu pronunciamento condenando a condução da política econômica feita por Delfim, Galvães e Langoni e propondo a adoção de um programa de emergência para salvar o país da crise.

Finalizando, defendeu a união dos esforços da Nação para a conquista da verdadeira independência e da democracia plena: "A bandeira da esperança nós vamos levantar. A bandeira da união é a saída".

Agressão contra patriotas da Voz da Unidade

O recente pedido da Polícia Federal à 1ª Auditoria da Justiça Militar de São Paulo, de enquadrar na Lei de Segurança Nacional das 67 pessoas que participavam de seminário promovido pelo jornal Voz da Unidade, vem provocando protestos dos mais diversos setores e de parlamentares de todos os partidos políticos, como o líder do PMDB na Câmara, Freitas Norberto, o Senador Nelson Carneiro (PTB-RJ), Francisco Lomelino, líder da bancada do PDS no Rio, o deputado federal Bocayuva Cunha (PDT-RJ) e muitos outros.

O enquadramento que atinge, entre outros, os patriotas Giocondo Dias e Salomão Malina "só interessa — afirma o jornal Voz da Unidade em seu editorial — àqueles que anseiam pelo retrocesso político e que aplaudem a política econômica entreguista, antieuropeia e antibrasileira". "Não haverá solução para os problemas atuais, no campo do interesse democrático, nacional e popular afirma o editorial, com a exclusão, perseguição ou discriminação de quem quer que seja, no âmbito das forças desejosas de construir um Brasil democrático e independente".

HORA DO POVO

DIRETOR PRESIDENTE: Claudio Campos
DIRETOR SUPERINTENDENTE: Sérgio Rubens de A. Torres
DIRETRES: Nelson Chaves dos Santos, Eduardo Fernandes, Paulo Eduardo Cardoso
EDITOR CHEFE: Mário Vitor Santos
CHEFE DE REDAÇÃO: Nelson Bueno de Camargo
EDITORES: POLITICA: Rodolfo Lucena, INTERNACIONAL: Vance Rahal, SINDICAL: Antonio Alves dos Santos
REPORTERES: Claudio Figueiredo, Clóvis Rego Monteiro
SECRETARIA DE REDAÇÃO: Celia Rodrigues Ribeiro
FOTOGRAFIA: Lus Carlos Figueiredo
ADMINISTRAÇÃO: Diretor: José Carlos de Camargo
RIO DE JANEIRO: Diretores: Paulo Henrique de Almeida Rodrigues e Vitor Hugo Marques, Rui Joaquim Silva, 11 - 9º andar - Lapa
BRASILIA: Diretor: Marco Antônio Campanella, Gerente: Joaquim Lourenço, Sítio Comercial Sul, Ed. José Severo, sala 402 - fone: 244-5240
BELU HORIZONTE: Diretor: Abencio Dias, Gerente: Gerson Guedes Lima, Ed. Helena Passio, Rua Rio de Janeiro, 462 - con: 516/517
RECIFE: Diretor: Moyses Correa, Gerente: Roberto Alexandre, Av. Visconde de Suassuna, 797 - fone: 221-1214
SALVADOR: Diretor: Jairo dos Santos, Ed. Themis, sala 109 - Pça. da Sé.
NORTE ALGORE: Diretor: Fernando Rosa, Chefe de Redação: Marcelo Fernandes Correa, Rua Ratchello, 1334 - con: 101/102
CURITIBA: Correspondente: Antonio M. P. Braga, fone: 252-4106

CUIABÁ: Correspondente: Walter Félix, Quadra 22 - Bloco 3, apto. 22 - Copanhal
CAMPO GRANDE: Mário Correa, Rua São do Rio Branco, 1.843
BELEM: Diretor: Rávio Nassar, Gerente: Josévaldo Baía, Fone: 244-0135
FORTALEZA: Diretor: Carlos Lopes, Rua Sena Madureira, 721 - 3º andar, sala 2, fone: 231-2643
NATAL: Diretor: Cesário Silva, Rua Válgio Bartolomeu, 635 - Ed. 21 de março, 53
TERESINA: Correspondente: Luiz Teodoro, Rua Eliseu Martins, 1961
ARACAJU: Diretora: Ana Lúcia Silva, Ed. Ovedo Teixeira, sala B16, Centro
JOÃO PESSOA: Diretor: Wanderly Farias, Rua 13 de Maio, 40, fone: 224-4046
RIO BRANCO: Correspondente: Mamed Said, Fone: 224-6581
COIABÓRABOLES: Acilino Ribeiro, Agner, Aldir Blanc, Antonio Carlos de Carvalho, Carlos Alberto Pereira, Carlos Sampaio, Celso Soares, César Busatto, Eduardo Manhães, Evaldo Nunes Cajá, Fausto Amado, George Gould, Ineu Jumarães, Jaime Leão, Jocelyn Brasil, Jorge Venâncio, José Louzeiro, José Pimenta, Leila Abreu, Luis Alencar Falcão, Marco Campos, Marco Antonio V. dos Santos, Manoel, Manngoni, Miguel Manso Perez, Natanael Grazi, Nilson Araújo de Souza, Paulo Massuca, Pedro Lourenço, Riquel Scarobeta, Rival Milesi Filho, Ricardo Baidino, Roberto Bitencourt, Roberto Maciel, Sônia Gerniero, Ulysses Pansset, Viadir Gomes
CORRESPONDENTE EM HAVANA: Tânia Quinteiro
AGÊNCIAS INTERNACIONAIS: Tass, Novpress, Prensa Latina, Nueva Nicaragua, Solpress
DIRETOR RESPONSÁVEL: José Roberto Goulart
DISTRIBUIÇÃO: Rede Nacional AP de Distribuição, As metáns assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores
COMPOSIÇÃO, MONTAGEM, FD, TUDO E IMPRESSÃO: Ca. Editora Jurels - Rua Arthur Azevedo, 1.977 - fone: 813-7031

OAB reitera apoio ao nosso diretor presidente

"A Ordem dos Advogados do Brasil entende ser odiosa e ilegítima a aplicação da Lei de Segurança Nacional, a jornalistas, por manifestações do pensamento que nada têm a ver com a segurança do Estado", disse o ex-presidente da OAB, Bernardo Cabral, em carta enviada ao diretor da nossa sucursal no Rio de Janeiro, Vitor Hugo Marques.

Na carta, Cabral ainda confirmou o empenho da entidade, através de sua Comissão de Direitos Humanos, no sentido de examinar as condições carcerárias de Claudio Campos e dos demais jornalistas condenados, conluiados por reafirmar que a OAB julga a LSN "incompatível com a pretensão de democratização do país, sendo, como é, instrumento profundamente antidemocrático de perseguição e opressão".

A tolerância está no fim

O alerta foi feito a Figueiredo por comissão de trabalhadores, empresários e parlamentares gaúchos, em audiência no Palácio do Planalto

A luz vermelha já acendeu, a tolerância está no fim". O alerta foi feito ao presidente da República pelo presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Rio Grande do Sul, Luiz Roberto Ponte.

O alerta foi feito ao presidente da República pelo presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Rio Grande do Sul, Luiz Roberto Ponte, que integra uma comissão composta pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Ricardo Baldino, empresários e parlamentares gaúchos - em audiência no Palácio do Planalto, no último dia 20. Estavam presentes também os vice-presidentes do sindicato Nelson Maltz e Carlos Geyer, o vice-presidente do sindicato dos trabalhadores, Japir de Freitas, e os deputados estaduais Valdomiro Lima (PDT) - presidente da Comissão de Obras da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, apresentou os demais integrantes da comissão, fazendo um breve relato dos debates com os ministros Andreazza, Delfim Neto e Leitão de Abreu, e informando ao presidente da República das propostas que trabalhadores e empresários gaúchos têm para minorar o problema do desemprego no Estado. A seguir, falou o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil, Luiz Roberto Ponte:

O presidente Figueiredo, visivelmente tenso no diálogo que se processou, não conseguiu, ainda desta vez, superar o bloqueio da ideia fixa que o atormenta: "tenho uma dívida e vou pagá-la. Não interessa o mercado interno, porque eu devo em dólares e preciso pagar em dólares". Demonstrou, no entanto, grande preocupação com a situação.

Por outro lado, as propostas e advertências apresentadas ao ministro Delfim Neto foram desdenhadas de modo cínico por ele, que de quebra fez questão de deixar evidente a crise no ministério. Irritado, com o tratamento prestado à Comissão por Andreazza e Leitão de Abreu - que ouviram com interesse os dramáticos problemas da construção civil gaúcha e procuraram encampar alternativas para minimizar a crise no setor - Delfim agrediu a um colega seu de ministério, Andreazza, chingando-o de "frouxo" e classificou os funcionários do 1º escalão do BNH de "calhordas". Ainda debochou do poder Legislativo, respondendo que os parlamentares levariam ao Rio Grande "seu sorriso" (ha-ha-ha), quando o deputado Celso Testa lhe perguntou o que de concreto ele tinha para apresentar à Comissão.

Apresentaram suas propostas para a minimização do problema do desemprego no setor - entre outras, a aplicação de 30% dos recursos do Finsocial em obras, a nível nacional; dotação de verba para restabelecimento do nível de emprego nas obras públicas; baixar os juros do

Delfim: Andreazza é um "frouxo"

Abaixo, os principais trechos da discussão com Delfim Neto

Ricardo Baldino reivindicou a liberação de mais de Cr\$ 40 bilhões do Finsocial para o BNH para o investimento em obras.

Delfim - Mas eu não tenho dinheiro, não posso fazer isto. Só vou liberar 40 bilhões do Finsocial para o BNH.

RB - Senhor ministro, a nossa intenção era de reivindicar os financiamentos da Caixa e a questão das cadernetas de poupança. Foi o ministro Andreazza que, demonstrando sensibilidade para o problema, sugeriu que reivindicássemos mais 40 bilhões do Finsocial para o BNH, além dos 120 que o senhor havia prometido.

Delfim - Este cara que deixa de ser cagão, deixa de mandar os caras atravessarem a rua para vir pedir dinheiro pro gordinho. Eu não sou o pai de todos. A minha função não é de criar dinheiro, e sim de distribuir o dinheiro que tem (riso geral na sala de audiência). Este pessoal do BNH é um bando de calhordas, porque ficaram com medo de uma síndrome da virada do trimestre e ficaram fazendo reserva de caixa.

Reprovação geral ao acordo PDS/PTB

Deputado Farabulini Jr. (PTB-SP) repudia negociações fisiológicas e diz que não votará no decreto-arracho "nem amarrado"

Está sendo alvo de reprovação geral o propalado acordo entre o PDS e o PTB. Nas últimas duas semanas, a presidente nacional do PTB, Ivete Vargas, teve diversas reuniões com o líder do PDS na Câmara Federal, Nelson Marchezan, procurando acertar os pontos, no sentido de garantir ao governo a maioria parlamentar na Câmara Federal, para lhe possibilitar a aprovação de matérias do seu interesse - em especial o decreto 2012 - que retira os 10% acima do INPC dos reajustes salariais de quem ganha até três salários mínimos. Em troca, o PTB apresenta uma série de reivindicações e, inclusive, comenta-se que ganharia um ministério.

As negociações têm recebido o mais amplo repúdio de parlamentares de todos os partidos, desde o próprio PTB até o PDS.

O deputado federal Farabulini Júnior (PTB-SP) disse que não

mercado aos níveis dos do sistema habitacional; maior apoio e incentivo ao BNH, cadernetas de poupança, etc. Ricardo Baldino acrescentou, no diálogo com Figueiredo, as medidas que os trabalhadores consideram necessárias para superar a crise que afeta toda a economia nacional: "renegociação da dívida externa, com o estabelecimento de uma moratória, reativação do mercado interno, gerando empregos e defendendo a Pátria".

O presidente Figueiredo, visivelmente tenso no diálogo que se processou, não conseguiu, ainda desta vez, superar o bloqueio da ideia fixa que o atormenta: "tenho uma dívida e vou pagá-la. Não interessa o mercado interno, porque eu devo em dólares e preciso pagar em dólares". Demonstrou, no entanto, grande preocupação com a situação.

Por outro lado, as propostas e advertências apresentadas ao ministro Delfim Neto foram desdenhadas de modo cínico por ele, que de quebra fez questão de deixar evidente a crise no ministério. Irritado, com o tratamento prestado à Comissão por Andreazza e Leitão de Abreu - que ouviram com interesse os dramáticos problemas da construção civil gaúcha e procuraram encampar alternativas para minimizar a crise no setor - Delfim agrediu a um colega seu de ministério, Andreazza, chingando-o de "frouxo" e classificou os funcionários do 1º escalão do BNH de "calhordas". Ainda debochou do poder Legislativo, respondendo que os parlamentares levariam ao Rio Grande "seu sorriso" (ha-ha-ha), quando o deputado Celso Testa lhe perguntou o que de concreto ele tinha para apresentar à Comissão.

Apresentaram suas propostas para a minimização do problema do desemprego no setor - entre outras, a aplicação de 30% dos recursos do Finsocial em obras, a nível nacional; dotação de verba para restabelecimento do nível de emprego nas obras públicas; baixar os juros do

Apresentaram suas propostas para a minimização do problema do desemprego no setor - entre outras, a aplicação de 30% dos recursos do Finsocial em obras, a nível nacional; dotação de verba para restabelecimento do nível de emprego nas obras públicas; baixar os juros do

Delfim: Andreazza é um "frouxo"

Abaixo, os principais trechos da discussão com Delfim Neto

Ricardo Baldino reivindicou a liberação de mais de Cr\$ 40 bilhões do Finsocial para o BNH para o investimento em obras.

Delfim - Mas eu não tenho dinheiro, não posso fazer isto. Só vou liberar 40 bilhões do Finsocial para o BNH.

RB - Senhor ministro, a nossa intenção era de reivindicar os financiamentos da Caixa e a questão das cadernetas de poupança. Foi o ministro Andreazza que, demonstrando sensibilidade para o problema, sugeriu que reivindicássemos mais 40 bilhões do Finsocial para o BNH, além dos 120 que o senhor havia prometido.

Delfim - Este cara que deixa de ser cagão, deixa de mandar os caras atravessarem a rua para vir pedir dinheiro pro gordinho. Eu não sou o pai de todos. A minha função não é de criar dinheiro, e sim de distribuir o dinheiro que tem (riso geral na sala de audiência). Este pessoal do BNH é um bando de calhordas, porque ficaram com medo de uma síndrome da virada do trimestre e ficaram fazendo reserva de caixa.

Reprovação geral ao acordo PDS/PTB

Deputado Farabulini Jr. (PTB-SP) repudia negociações fisiológicas e diz que não votará no decreto-arracho "nem amarrado"

Está sendo alvo de reprovação geral o propalado acordo entre o PDS e o PTB. Nas últimas duas semanas, a presidente nacional do PTB, Ivete Vargas, teve diversas reuniões com o líder do PDS na Câmara Federal, Nelson Marchezan, procurando acertar os pontos, no sentido de garantir ao governo a maioria parlamentar na Câmara Federal, para lhe possibilitar a aprovação de matérias do seu interesse - em especial o decreto 2012 - que retira os 10% acima do INPC dos reajustes salariais de quem ganha até três salários mínimos. Em troca, o PTB apresenta uma série de reivindicações e, inclusive, comenta-se que ganharia um ministério.

As negociações têm recebido o mais amplo repúdio de parlamentares de todos os partidos, desde o próprio PTB até o PDS.

O deputado federal Farabulini Júnior (PTB-SP) disse que não

Figueiredo: Todos recursos vão para pagar a dívida

Abaixo, os principais trechos do diálogo com o presidente

Inicialmente, o deputado Valdomiro Lima (PDT), presidente da Comissão de Obras da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, apresentou os demais integrantes da comissão, fazendo um breve relato dos debates com os ministros Andreazza, Delfim Neto e Leitão de Abreu, e informando ao presidente da República das propostas que trabalhadores e empresários gaúchos têm para minorar o problema do desemprego no Estado. A seguir, falou o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil, Luiz Roberto Ponte:

LRP - A situação do nosso setor está muito difícil. Só no setor da indústria da construção privada, há um índice de 51% de desemprego de junho de 82 a abril de 83, com obras paradas, etc. Eu faço um apelo ao senhor presidente no sentido de que intervenha para apressar a liberação dos 110 bilhões de dólares já aprovados pelo Senado, que gerariam 20 mil empregos no interior, em obras de construção de estradas vicinais. Além disso, o presidente da Caixa Econômica Federal nos prometeu que liberaria Cr\$ 10 bilhões para investimentos no Rio Grande do Sul, caso o ministro Delfim pagasse os Cr\$ 100 bilhões que deve à CEF, dinheiro este que foi aplicado em outros investimentos.

FIG - Todas as pessoas que vêm a este gabinete, só vêm me pedir dinheiro. Acabei de receber uma comissão de governadores do Nordeste que pleiteavam Cr\$ 5 bilhões para hortigranjeiros e queriam 55% do Finsocial para aplicações no Norte e Nordeste, o que dá em torno de Cr\$ 300 bilhões. Tive a visita de empresários do setor automobilístico de São Paulo, que vieram me alegar que eu não podia dar dinheiro para a construção civil porque o dinheiro que eu tinha era dos impostos pagos por eles e deveria, assim, ser aplicado para reativar o setor deles.

Senhores. O Brasil deve 88 bilhões de dólares. Eu tenho que pagar este ano 11 bilhões de dólares entre amortização e serviço da dívida. E vou pagar!

Vocês querem dinheiro para fazer obras. Pois, eu lhes digo que mandei parar todas as obras de Brasília porque não tenho dinheiro. Eu não tenho dinheiro para reativar empregos no Brasil.

RB - Com licença, presidente. A classe operária não pode deixar de se pronunciar após ouvir o senhor dizer que não tem dinheiro para reativar o emprego no Brasil. O senhor acenou com a trégua. Os operários e empresários do Rio Grande do Sul fizeram realmente uma trégua, em cima de uma coisa concreta: estamos unidos para buscar recursos para gerar empregos. Não admito que o senhor coloque que não tem um programa de reativação do mercado interno.

FIG - Não me interessa o mercado interno! (rispido) Não quero milhões, bilhões ou trilhões de cruzeiros. Eu preciso de dólares porque eu devo em dólares. Eu tenho uma dívida e vou pagar.

RB - O senhor quer então que a gente morra de fome?

FIG - Eu não tenho dinheiro. O que você propõe?

RB - Cortar o cordão umbilical que nos prende à dependência externa, negociar a dívida com uma moratória e reativar o mercado interno, gerando empregos e defendendo a nossa Pátria.

FIG - Eu tenho uma dívida e vou pagar. **RB** - Nós precisamos de emprego, ou este negócio vai explodir. Nós não vamos ser bucha de canhão. O harriil pode explodir em vocês.

FIG - Eu não tenho dinheiro. É um absurdo até que o fazem pelas vilas populares, mandando botar água, luz, calçamento, creches e dando emprego para o pessoal das vilas, porque isto aumenta a vinda do homem do campo para a cidade, aumentando o desemprego.

RB - Mas o que faz isto acontecer é porque não existe uma política justa voltada a fixar o homem do campo. A nossa obrigação é lhe alertar que este, negócio vai explodir. Precisamos reativar a construção civil e gerar empregos.

FIG - Eu já disse que não tenho dinheiro e você não me deu alternativa concreta.

RB - Já que o senhor não quer romper com a dependência, então bota a maquininha para funcionar e faz dinheiro, porque é preferível conviver com inflação e progresso do que com inflação e recessão.

FIG - Isto não resolve, não é alternativa. Eu não tenho como reativar o emprego e fico satisfeito se os níveis de desemprego se mantiverem como estão.

LRP - Senhor Presidente, realmente a situação está muito perigosa. A luz vermelha já acendeu, a tolerância está no fim.

FIG - Itaipu vai demitir 25 mil empregados, Tucuruí também. Me pedem recursos para reempregar este pessoal e eu não vou, porque não tenho dinheiro.

RB - Nós somos a base da pirâmide, abaixo de nós não tem nada mais. Não temos condições de arrecadar jô do bicho porque o mercado está saturado. E não nos resta a alternativa de vender laranjas porque não temos dinheiro para comprar o balão. Estamos tentando por via pacífica achar uma saída para o problema, mas o senhor está sendo insensível às nossas reivindicações. Isto vai explodir!

Um acessor lembrou ao presidente da República que o tempo já havia passado e Figueiredo deu por encerrada a audiência.

Presepada e Subserviência

Procurando encobrir assuntos realmente relevantes para o país, certos setores se esforçam em fazer sensação em torno do episódio dos aviões que conduziram à Nicarágua Livre, ajuda em armamentos do governo líbio.

Talvez tais setores preferissem que a Nicarágua se entregasse de mãos atadas à investida dos mercenários a serviço da CIA. Ocorre que a Nicarágua é um país soberano e que conta com suficiente apoio popular para esmagar qualquer investida deste tipo e para obter as armas necessárias à sua defesa, onde melhor lhe aprouver. E, obviamente, é coisa que só honra - e muito - a Líbia, o fato dela se dispor a ajudar na obtenção desse armamento.

As normas internacionais estipulam que aviões em trânsito com carga de armas têm que comunicar às autoridades do país esse carregamento. A observância dessa norma é hoje, universalmente, prá lá de relativa. Trata-se de um fato sabido que não comporta hipocrisia a respeito. Entretanto, se o desrespeito à norma é concretamente constatado, o infrator sujeita-se às medidas acauteladoras legalmente previstas.

Se as armas aqui poderiam ter passado como passavam, é natural que fossem desembarcadas e devolvidas ao país de origem. Não há, portanto, o que discutir a respeito das medidas tomadas até aqui pelo governo brasileiro.

Com a mesma ligeireza e descompromisso com que o sr. Reagan afirma - sem qualquer base - que tais armas se destinavam à revolução democrática em El Salvador, outros afirmam que parte delas se destinaria aos revolucionários do M-19, da Colômbia. Pois inclusive não existem - vejam só! - pessoas que falam espanhol - e fluentemente! - nesses aviões que se destinam à hispânica Nicarágua? Então não há dúvida: só podem mesmo se destinar ao M-19, na Colômbia...

Pensam que se é suficientemente estúpido para acreditar que a Líbia, se de fato se descesse a entregar armas ao M-19, as entregaria através de um llyushin quadriceptor líbio, pintado com as cores da Líbia, e conduzido por uma tripulação líbia.

É impressionante as demonstrações de basbaquice que certos setores estão dispostos a dar para bajular o imperialismo.

Quanto à onda que se procurou criar em torno da possibilidade de que as armas remetidas pela Líbia fossem de fabricação brasileira, nós apenas gostaríamos de dizer que isto não passa de um ataque subserviente à nossa soberania comercial. E que para nós, seria uma grande honra que nossos irmãos nicaraguenses pudessem se defender de mercenários, apátridas e renegados com material da nossa modesta fabricação.

um ministério, o que tem sido desmentido pela deputada federal Ivete Vargas - se constitui de pontos pouco expressivos e de enunciados tão genéricos, como: "reforma da organização sindical" que desautoriza qualquer pretensão de levá-lo a sério.

Por sinal, os sindicatos, hoje, estão muito mais preocupados

exatamente em derrotar o decreto 2012, do que com eventuais alterações na sua estrutura organizacional. E não poucos dirigentes sindicais (veja página 8) advertem que tais tentativas do governo para impedir a sua rejeição poderão ter como consequência imediata a delagração de uma greve geral no país.

O governo ilude-se, se pensa que ao entregar-se ao exercício de envolver o PTB em maquinacões rasteiras com o objetivo de criar uma discórdia maior na Câmara, livra-se da necessidade de encetar com a devida seriedade as mudanças que a Nação exige.

O governo, ao que parece, está desinformado. Não se dá conta, do fenômeno que envolve expressivas parcelas de sua bancada no Congresso e a maioria dos Governadores do PDS, que dia dia, somam-se ao coro ensurdecedor de uma Nação que não pode mais e não aceita viver subjugada pelo imperialismo norte-americano.

Acreditar que a conquista eventual de 13 parlamentares

eleitos pelo voto oposicionista seria uma garantia de que o Congresso viesse a respaldar as aventuras studeias de Delfim, Galvães e Jangonjê, de uma ingenuidade digna de quem está com o pé muito acima do solo. E investir nesse caminho, justo no momento em que a Nação, com mão estendida e os braços abertos, aguarda, já com indistância impaciente, que o governo venha a integrar a grande união de todas as forças nacionais para levar o país a se encontrar com seu inexorável destino de potência soberana e independente, é como bem afirma o deputado João Cunha do PMDB-SP, uma imprudência.

Imprudência

O maior Curió revelou publicamente, nas eleições parenses, não passar de um galinho garnizê assustado ao assistir passivamente - para consternação de seus jagunços - seu esquema de corrupção eleitoral em Marabá sem desmontado pela ação de alguns poucos peemedebistas, tendo à frente o atual procurador-geral do Estado, o dr. Benedito Monteiro. Amargurando um obscuro 5º lugar na bancada federal do PDS e vindo ruir sua fama de homem mau no estado, aquele que sonhou um dia em tomar conta do PDS parense, presta-se agora ao ridículo papel de impressionar os incautos em Brasília com bobas perorações anticomunistas, repletas de bravatas tão pouco convincentes que chegam a arrancar gargalhadas do Plenário. Sai dessa vida, rapaz!



Não há tempo a perder

Sérgio Rubens Torres

Quando trabalhadores e empresários, unidos numa só voz, alertam, de maneira franca e leal, o presidente da República para o fato de que a Nação não suporta mais o injusto castigo que lhe está sendo imposto é o momento adequado para aquela reflexão, profunda e responsável, que precede a tomada rápida e firme de decisões capazes de mudar o rumo dos acontecimentos.

Insistir em destinar todos os nossos recursos para o pagamento da dívida externa é um erro absurdo que poderá, trazer consequências desastrosas para o país e para o próprio governo. Esta não é a única, nem a melhor alternativa para a Nação. Nossos riquíssimos credores têm se beneficiado enormemente com a sangria dos recursos nacionais, através dos mecanismos muito bem denunciados pelo presidente Figueiredo na Assembleia da ONU, em outubro do ano passado.

Se a ideia do calote, evidentemente, não é grata a nenhum governante honrado, pior ainda é ter que realizar os pagamentos tendo em conta, única e exclusivamente, os vorazes apetites de tais credores, e, em consequência, levar à bancarrota uma nação grandiosa com 120 milhões de laboriosos habitantes. Uma moratória negociada com a dignidade de quem reconhece os compromissos, mas não aliena sua soberania, pode ser levada a cabo com complicações substancialmente menores que as alardeadas pelos arautos dos interesses alienígenas em nossa pátria. Nossos credores, que tanto lucro têm obtido com a espoliação de nossa nação, podem ser convencidos pela força da vontade inquebrantável de 120 milhões de brasileiros unidos, de que é necessário ceder um pouco, pois já não é mais possível continuar impedindo que o Brasil, sétima economia do mundo ocidental, assuma sua maioria e se liberte da camisa de força da dependência e da submissão aos interesses do imperialismo.

A política econômica de uma colônia pode ser estabelecida em função daquilo que melhor atenda aos interesses da metrópole, mas não a política econômica do Brasil, até porque, seremos mais úteis à comunidade internacional, se soubermos garantir e desenvolver a nossa já consistente economia, não permitindo a sua devastação que é o que fatalmente ocorrerá, se ela não for prontamente reorientada para o mercado interno. Naturalmente, quem não é simplista percebe as dificuldades inevitáveis que são inerentes a transformações desta natureza, afinal, mudar um modelo econômico não é como trocar de camisa. No entanto, estamos seguros que enfrentar tais difi-

culdades, será mil vezes mais fácil do que enfrentar as que decorrerão da tentativa de montar um modelo econômico superado, às custas da destruição de nosso parque industrial e da desgraça de nosso povo.

O sr. Delfim Neto, embora procure aparentar aquela atitude de quem está seguro, com pleno domínio da situação, com a pose de único que tem realmente o conhecimento das coisas, vem demonstrando, nas últimas semanas que está mesmo é a beira da histeria.

Declarou na semana retrasada, apesar da explosão do vulcão provocado pela fome de 740 mil desempregados em São Paulo, que "o país não vive nenhuma situação de emergência". E arrematou enigmático: "sem nuvens, o céu não tem encantos". Pouco depois, faltando com o decore que sua função exige, afirmou que o Presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul tem "teia de aranha na cabeça". Nesta semana, chamou Andreazza de "frouxo", em público - isto para não ofendermos os leitores com o termo que foi realmente utilizado. E ao primeiro escalão do BNH chamou de "calhordas". Não seria de estranhar que o próprio presidente Figueiredo venha a ser o próximo alvo dos humores do ministro. Em verdade, Delfim está completamente desatunado, pois não sabe como controlar a situação - que por sinal é incontrolável - e não aceita mudar o rumo dos acontecimentos.

Este alheamento absoluto da realidade demonstrado por Delfim e compartilhado por seus parceiros da área econômica tem por base, na melhor das hipóteses, uma completa incapacidade de desatrelar suas mentes da ideologia do colono. No entanto, nos recusamos a acreditar que a esmagadora maioria dos brasileiros, civis e militares que patrocinaram e vieram dando apoio a este modelo econômico subserviente, o tenham feito na condição de títeres manipulados por inconscientes interesses externos. Acreditavam sinceramente que este era o caminho mais viável para desenvolver o Brasil. Erraram, por não compreenderem a natureza intrinsecamente espoliadora do imperialismo, e, durante um certo período, o crescimento econômico verificado toldou esta visão, hoje, o início da devastação daquilo que foi construído a duras penas já é o suficiente para perceberem que por aí não há nada a ganhar.

E não há tempo a perder. A Nação quer mudar o rumo, junto com o governo - se possível - todo mundo no mesmo barco. Não há porque desperdiçar esta oportunidade.

Chumbo Grosso

Hora do Povo e Presidente

Em recente pronunciamento no programa de TV "O Povo e o Presidente", o general Figueiredo fez três afirmações que merecem reparos por não serem inteiramente satisfatórias.

A primeira é que "o objetivo da política salarial (decreto-lei 2012) é garantir o salário dos que tem. Os empresários iriam promover demissões em massa por não poderem arcar com os custos do salário". A segunda, aludindo os trágicos episódios do 4 de abril em São Paulo: "Só os militantes amadores acham que podem introduzir movimentos de rua totalmente controlados segundo seus objetivos. A multidão solta na rua tem comportamentos imprevisíveis". E a terceira, ainda sobre esses episódios e procurando veladamente deixar no ar uma repimenda ao governador Franco Monteiro, foi: "um governante fraco e tímido, titubeia entre as diversas correntes de seus seguidores. E quem sofre as consequências dessas lutas é o povo".

Em primeiro lugar, o que vem asfixiando cruelmente o empresariado nacional não são os custos do salário, são os custos financeiros, os juros elevadíssimos, como tem sido pública e fartamente afirmado até mesmo com certa insistência por 9 entre 10 empresários brasileiros. Além disso, o decreto 2012, caso fosse mantido, retiraria, em um ano, cerca de 504 milhões de dólares do mercado consumidor, o que significaria, menos vendas e, portanto, menos produção e, como consequência, mais desemprego.

Com relação às manifestações, a História mais recente - e menos recente também - do Brasil e do mundo tem demonstrado que manifestações de massa, devidamente organizadas por entidades representativas são, via de regra, extremamente ordeiras e pacíficas, nada tendo de imprevisíveis. De fato, quando amadores insistem em organizar manifestações de rua, à margem das entidades de classe, ou se assumam indevidamente com a simples perspectiva do povo ocupando as ruas, podem ocorrer fatos desagradáveis. No entanto, a melhor forma de evitar explosões violentas quando a situação está muito tensa, é permitir, e até mesmo estimular, que as legítimas entidades de classe organizem tais manifestações de modo a darem um encaminhamento ordeiro e pacífico às reivindicações populares.

Quanto à terceira afirmação, embora estejamos de integral acordo com ela, acreditamos que é imprudente a intenção de vinculá-la ao governador Franco Monteiro, que demonstrou firmeza e personalidade invejável ao conter o incêndio provocado por uma política econômica inteiramente desastrosa conjugada com a ação consciente e bem organizada do terror fascista, com um mínimo de perdas de vidas.

Baixou a crista no Pará e quer cantar de galo em Brasília

O maior Curió revelou publicamente, nas eleições parenses, não passar de um galinho garnizê assustado ao assistir passivamente - para consternação de seus jagunços - seu esquema de corrupção eleitoral em Marabá sem desmontado pela ação de alguns poucos peemedebistas, tendo à frente o atual procurador-geral do Estado, o dr. Benedito Monteiro. Amargurando um obscuro 5º lugar na bancada federal do PDS e vindo ruir sua fama de homem mau no estado, aquele que sonhou um dia em tomar conta do PDS parense, presta-se agora ao ridículo papel de impressionar os incautos em Brasília com bobas perorações anticomunistas, repletas de bravatas tão pouco convincentes que chegam a arrancar gargalhadas do Plenário. Sai dessa vida, rapaz!

Insensibilidade

Em ordem do dia alusiva ao 31 de março, o Ministro do Exército Valter Pires, apesar de ter reafirmado seu compromisso com a abertura política e ter registrado seu pesar, "como Caxias e Osório", pelos que tombaram do lado da Oposição, fez afirmações que destoaram dos pronunciamentos de seus companheiros, os ministros Dêlmo Jardim de Mattos da Aeronáutica e Maximiliano Fonseca da Marinha, registrados na edição passada do HP.

Afirmou o ministro: "nao houve aqui paredes para execução após farsas de julgamento, método então vigente nos países que haviam sucumbido ao mesmo adversário". É homenagem aos integrantes dos órgãos de repressão da época, como um todo, na figura de seus mortos, afirmou: "Bradem aos céus, cornetas e clarins! Nossa homenagem aos heróis que tombaram em defesa da democracia no Brasil!"

Se o ministro acredita, realmente, como afirmou, que "a parábola de 64 está encerrada" seria mais conveniente que não demonstrasse insistência em trazer à tona certos acontecimentos já ultrapassados, o que positivamente não contribui para que possamos, juntos, construir o presente e o futuro desta Nação.

No entanto, na medida em que o ministro tomou a liberdade de fazer publicamente tais afirmações, não poderíamos deixar de esclarecer que centenas de patriotas, cruel e covardemente assassinados nas câmaras de tortura, nem sequer tiveram o privilégio de poder considerar seu julgamento uma farsa.

Inteiramente à revelia das leis existentes, mesmo as mais draconianas, os órgãos de segurança torturaram, mutilaram e assassinaram. Os requintes de sadismo verificados na ação dos DOI-CODI são reveladores do grau de desequilíbrio e insanidade de parte considerável de seus integrantes. E, mesmo aqueles que aditrem ter sido uma necessidade imperiosa valer-se de tais métodos para manter o poder naquelas contingências, reconhecem que para um trabalho justo como o realizado, foi necessário valer-se de elementos desclassificados: psicopatas, toxicômanos, tarados, mercenários e outros exemplares representativos da escória da humanidade.

Portanto, se é verdade que dentre os integrantes das equipes de captura e análise do DOI-CODI havia os que julgavam sincera e equivocadamente estar fazendo o melhor para o seu país, seria, no mínimo, uma lamentável insensibilidade colocá-los num panteão de heróis ao lado de um Burnier, um Fleury ou um Gomes Carneiro, expulso do Exército de Caxias e Osório juntamente com diversos elementos do DOI-CODI da Vila Militar do Rio, por prática de contrabando e hoje reconhecidamente o dos maiores contrabandistas do país.

Abobrinhas

Difícil entender porque certos redatores da Folha de S. Paulo procuram-se em abrir espaço no Painel para fazer elocubrações tão profundas a respeito das posições e intencões do MR-8, um partido que, no seu entender, encontra-se "extinto".

JORGE LEITE

"Todos os obstáculos à pacificação nacional devem ser removidos"

"Urge a implementação de um verdadeiro programa de união nacional, para atingirmos o patamar superior de convivência entre os brasileiros, pela via da concórdia e do fortalecimento democrático" declarou em 14 de março, o deputado federal Jorge Leite, no último dia 14, o deputado federal Jorge Leite, o mais votado do PMDB do Rio de Janeiro. Lembrando ainda que "é impossível um acordo nacional, se persistir a atual política econômica", Jorge Leite ressaltou a urgência de que sejam removidos imediatamente "todos os obstáculos ao entendimento nacional" e apresentou suas propostas para a trégua e a concórdia.

Transcrevemos abaixo, os principais trechos do discurso do deputado Jorge Leite:

A política imposta pelo FMI está levando à completa destruição da economia nacional. Já vimos que em apenas dois meses de aplicação, já levou o desemprego ao dobro. Publicações especializadas e pronunciamentos das entidades empresariais dão conta de que o índice de falências e concordatas da empresa nacional atingiu cifras insuportáveis nos últimos dois meses. O presidente da ABDIB (Associação Brasileira da Indústria de Base, que reúne os empresários do setor de máquinas e equipamentos) declarou recentemente, que a capacidade ociosa nesse setor, que estava em torno de 45% antes da renúncia ao FMI, caminha rapidamente para os 55%, ou seja, um setor construído a duras penas e que poderia contribuir decisivamente para a independência econômica e tecnológica do País, está ameaçado de ser transformado em sucata por efeito de uma política internacional e irresponsável. A agricultura de mercado interno já estava estrangulada e, agora, com a redução dos subsídios ao crédito agrícola, a fixação do imposto de exportação sobre produtos agrícolas e a queda de seus preços no mercado internacional, a agricultura moderna, de exportação, também está ameaçada de destruição.

Entretanto, do lado do governo, há várias demonstrações positivas. O reconhecimento do presidente de que a causa básica de nossos males reside na política das potências dominantes de transferir para nossa economia o ônus de sua crise, é um passo decisivo para o reconhecimento de que só o rompimento com essa política nos tirará do atual atoleiro. A pregação do Ministro Hélio Beltrão de que a saída da crise nacional está no desenvolvimento do mercado interno, se soma àquilo que vimos pregando há já grande tempo. As declarações do Ministro Délio Jardim de Mattos de que, como a crise afeta a todos, ou buscamos sair dela juntos ou seremos por ela tragados, devem ser saudadas.

Devemos tomar a iniciativa de apresentar a proposta para o acordo nacional

Esse movimento positivo se completa com a proposta de trégua do Presidente Figueiredo. Há quem recuse a trégua sob a alegação de que o presidente não disse em cima de que e para que propõe a trégua. Devemos nós, que recebemos o respaldo da Nação nas últimas eleições, com 27 milhões de votos contra apenas 18 milhões dados ao PDS, tomar a iniciativa de apresentar a proposta para o acordo nacional.

É evidente que não perdura a trégua e é impossível um acordo nacional, se persiste a atual política econômica. Pela décima-quinta vez, ocorre a queda do cruzado em 1983. A nova desvalorização promovida pelo Banco Central da nossa conta que continua em trânsito, a nefasta adoção de medidas que levam a nossa moeda, o débil e enfraquecido cruzado, ser, no período de doze meses, desvalorizado 188,443%. O rompimento dos acordos com o FMI, conforme vem exigindo a Nação inteira, dos partidos aos sindicatos patronais e de trabalhadores, abre o caminho para a ampliação de todas as medidas necessárias à saída do problema. Essas medidas já são por todos conhecidas: buscar novas linhas de renegociação da dívida externa; fim do arrocho salarial e política de combate ao desemprego; liberação do crédito e tabelamento dos juros, acompanhados de um controle sobre o sistema bancário para garantir a queda dos juros; desenvolvimento do mercado interno, particularmente desenvolvendo a indústria de bens de capital e de bens de consumo popular; distribuição do latifúndio improdutivo e garantindo condições de produção e comercialização aos pequenos e médios produtores; reforma tributária, acabando com a iniquidade da tributação e divisão de tributos, que penalizam os estados mais pobres e as faixas mais pobres da população; além de outras medidas que à realidade e a discussão nacional haverá de evidenciar.

Um patamar superior de nossa história, em que a Independência Nacional e a Democracia serão salvaguardadas

Para que as energias do povo, de todos os setores da Nação sejam liberadas, para que possamos, irmanados cumprir essa gigantesca odisséia, devem imediatamente ser removidos todos os obstáculos ao entendimento nacional, à pacificação nacional. A atual LSN, que considera como ameaça à Nação um suposto inimigo interno e, portanto, cria um clima de suspeição entre os brasileiros, particularmente em relação à oposição, necessita ser revista. Uma ampla reforma constitucional, que extinga todas as leis arbitrárias e garanta a convocação de eleições diretas para presidente da República completará o quadro para que possamos trilhar num clima, não de agravamento dos conflitos entre os brasileiros, e sim de união de todos na gigantesca tarefa da reconstrução nacional. E aí sim, entraremos num patamar superior da nossa história, em que a Independência Nacional e a Democracia serão salvaguardadas.

Temos uma oportunidade ímpar de atingirmos esse patamar num clima de concórdia, através da paz e não da hostilidade. A oposição deve trilhar esse caminho, menos doloroso para nosso povo.

É necessário localizar a moderação política da crise no seio do Congresso, pois esta Casa é o lugar dos compromissos políticos. Do contrário, se continuar excluído, não poderá evitar que a crise flua para as ruas.

A condição essencial significa, portanto, restaurar prerrogativas constitucionais do Congresso para readmitir-lo de fato e de direito no processo de tomadas de decisões, principalmente aquelas relacionadas com o exame urgente de alternativas de política econômica. As classes sociais assim reencontrarão o poder representativo em sua função moderadora dos conflitos sociais.

A nosso ver, Sr. presidente, Srs. deputados, urge a implementação de um verdadeiro programa de união nacional para atingirmos o patamar superior de convivência entre os brasileiros pela via da concórdia e do fortalecimento do regime democrático.

Mário Covas indicado para a Prefeitura de São Paulo

Um dos deputados federais mais votados do Estado, Covas afirmou que fará um governo "aberto e democrático", incentivando a participação da comunidade

"É lógico que São Paulo tem uma saída. Talvez tenhamos aqui, o mais expressivo espelho das contradições que o país vive, as consequências da política econômica que gerou um milhão e meio de favelados em São Paulo. Na medida em que pudermos devolver à população de São Paulo a sua real dimensão em termos de cidadania, ela terá uma enorme contribuição a dar para a solução dos problemas brasileiros".

Estas são declarações do futuro prefeito de São Paulo, deputado federal Mário Covas, que teve seu nome anunciado pelo governador Franco Montoro na última terça-feira, dia 19, no Palácio dos Bandeirantes, devendo ser proximamente confirmado pela Assembleia Legislativa. A indicação do prefeito foi imperativa para o governo, na medida em que ficou manifesta a intransigência do PDS e do governo federal, contrários a aprovação da emenda Mauro Benevides, que reestabelece as eleições diretas para as prefeituras nas capitais.

E o compromisso do PMDB, de luta pelas diretas, foi reafirmado pelo governador paulista no discurso em que anunciou o nome do novo prefeito: "Minha luta pelas eleições diretas é de conhecimento de todos. A emenda Benevides traz o meu pensamento e o do meu partido, o PMDB. São hoje, patentes, as manobras para protelar a decisão do Congresso sobre a emenda Benevides. Na reunião da Comissão Mista, marcada para o dia 13 de abril, a ausência da bancada governista impediu a apreciação do parecer do relator. Anuncia-se agora, que esta decisão só será tomada depois que o partido do governo sobre ela se manifestar, na convenção nacional marcada para o dia 28 de junho. De todo o modo, anuncia-se que o parecer do relator propõe a realização das eleições para prefeitos das capitais só em 1988".

Mário Covas, Deputado Cassado pelo AI-5, retornou à vida política-partidária em 1974, sendo mais tarde eleito presidente do Diretório Regional do PMDB em São Paulo. Na histórica convenção que indicou Montoro candidato ao governo do Estado, foi o fiador da unidade, ao atender a reivindicação das bases partidárias, abdicando da indicação ao cargo de vice-governador em favor do então senador Orestes Quécia, garantindo a formação da chapa que daria vitória ao povo paulista. Nas eleições, candidato a deputado federal, foi um dos mais votados, recebendo mais de 300 mil votos.

FIADOR DA UNIDADE
Frente a este quadro, o go-



Governador Montoro, senador Fernando Henrique, vice-governador Quécia e presidente Ulysses confraternizando com Mário Covas, que recebeu o unitário apoio de todas as lideranças do PMDB

vernador, que havia adotado a solução constitucional, provisória, mantendo à testa da prefeitura o presidente da Câmara Municipal, Altino Lima, realizou um amplo trabalho de consultas no interior do PMDB e junto a diversas entidades, no sentido de encontrar o nome que melhor representasse os interesses do povo da capital.

Mário Covas, Deputado Cassado pelo AI-5, retornou à vida política-partidária em 1974, sendo mais tarde eleito presidente do Diretório Regional do PMDB em São Paulo. Na histórica convenção que indicou Montoro candidato ao governo do Estado, foi o fiador da unidade, ao atender a reivindicação das bases partidárias, abdicando da indicação ao cargo de vice-governador em favor do então senador Orestes Quécia, garantindo a formação da chapa que daria vitória ao povo paulista. Nas eleições, candidato a deputado federal, foi um dos mais votados, recebendo mais de 300 mil votos.

Este é o homem que foi aplaudido entusiasmamente no Palácio dos Bandeirantes, quando do anúncio de sua indicação. Recebeu o apoio dos mais diversos setores do PMDB e da sociedade em geral, inclusive de todos aqueles que se lançaram como candidatos à prefeitura, ou eram considerados "prefeituráveis". Entre eles, estava-se o vice-governador Orestes Quécia, que desejou a Covas "que faça um bom governo" e acompanhou-o, solidário, na visita à Assembleia Legislativa.

O POVO VAI FALAR E O PREFEITO VAI OUVI-LO

É a antecipação do que deverá ser o governo de Mário Covas na Prefeitura, "aberto e democrático, caracterizado pela transparência, sujeito permanentemente ao crivo da opinião pública e dos órgãos de divulgação em geral".

Neste trabalho, afirma

Covas, "o que mais me anima é a nova forma como os moradores da periferia estão encarando os problemas, o conceito de cidadania que está surgindo. Mas não basta oferecer parcelas de decisão, para que as prioridades sejam definidas pela própria sociedade".

Neste sentido, o futuro prefeito defendeu a constituição de Conselhos de Cidadãos, com representantes da comunidade atuando em conjunto com as administrações regionais, formulando planos e estabelecendo prioridades, contribuindo para a concretização do plano de governo, atacando os principais problemas da cidade, como as questões de habitação, transporte, abastecimento e ocupação racional do solo. Enfim, conclui Mário Covas, é preciso "estimular as instituições existentes e precisamos encontrar meios para que o povo fale por sua própria boca e que o prefeito ouça. Isto é indelegável".

CNBB defende alternativa internalista para a crise

21ª Assembléia dos Bispos do Brasil reafirma a opção preferencial pelos pobres e reelege D. Ivo Lorscheiter para a presidência da entidade

"A economia do Brasil está doente", afirma moção sobre a questão do desemprego aprovada pela 21ª Assembléia dos Bispos do Brasil, encerrada no dia 15 de abril, em Itaici, São Paulo. No encontro, os 257 bispos presentes reelegeram o arcebispo de Santa Maria, Dom Ivo Lorscheiter, para a presidência da CNBB, e o bispo auxiliar de São Paulo, dom Luciano Mendes, para a secretaria-geral, indicando o arcebispo de Uberaba, Benedito Ulhoa Vieira, para a vice-presidência.

Os bispos reafirmaram, nos objetivos gerais de pastoral, a "opção preferencial pelos pobres". E por este motivo, o documento aprovado diz que "a CNBB não pode deixar de ouvir o grito de desespero do povo", cuja razão "é principalmente o desemprego". Lembrando que o problema é grave, os religiosos alertam que "não se pode aceitar o desemprego como uma fatalidade, um terremoto ou um furacão, mas sim uma calamidade social, fruto de uma organização econômica injusta". E exatamente por não serem levados em conta os princípios de Justiça Social, "a economia brasileira está doente".

Mas existem outras razões para esta "doença", apontou documento apresentado pelo padre José Bastos D'Ávila, do Insti-

tuto Brasileiro de Desenvolvimento Social, e aprovado por aclamação pelos 257 bispos.

No texto "A Igreja e o panorama político, social e econômico", os religiosos analisam os avanços democráticos e a crise econômica, debatendo as alternativas hoje colocadas à Nação.

Uma delas, a chamada "externalista", "supõe a imposição à Nação dos sacrifícios exigidos para o cumprimento das condições que permitiram o aporte do mercado financeiro internacional, especialmente o dos bancos norte-americanos". No entanto, completa a análise, "em todos os setores da opinião pública se consolidou a convicção de inviabilidade desta alternativa. Nenhum governo que se afirma democrático, terá condições de administrar democraticamente os conflitos que surgirão dos pesados sacrifícios exigidos".

É evidente, assim, que deve ser adotada, frente à crise econômica, a alternativa definida pela CNBB como "internalista", que promove a necessidade de se promover a introversão da economia, com o país definindo "as condições dentro das quais deve honrar seus compromissos. Diante da firmeza desta decisão, os próprios credores internacionais a preferem, evidentemente, à desfaçatez de uma moratória total".

Uma escolha acertada

CELSO SOARES

Dentre os nomes que se apresentaram à disputa da Prefeitura de São Paulo, o de Mário Covas foi o que, sem dúvidas, conseguiu o maior apoio dentro do PMDB, portanto, a sua indicação pelo governador Franco Montoro foi plenamente acertada. Mário Covas e o vice-governador Orestes Quécia, desde o início eram os nomes que apresentavam maior capacidade para empolgar o partido.

Quando Quécia, nos 10 dias que antecederam a indicação passou a apoiar a candidatura de Sampaio Dória, o nome de Covas cresceu ainda mais, pois a esmagadora maioria do partido desejava — e com maior ênfase depois dos quebra-quebras que traumatizaram a cidade — ver na Prefeitura um político de larga tradição no PMDB, com densidade eleitoral comprovada, espírito unitário e capacidade de diálogo e articulação com as entidades populares, pois não há como pensar em administrar São Paulo, sem contar com o apoio e a participação efetiva dessas entidades.

Dentro desses critérios, o Secretário das Administrações Regionais Sampaio Dória, a urbanista Maria Adélia e o arquiteto Jorge Wilhelm, apesar dos predícos que os qualificavam para a função, ficavam em desvantagem, em virtude do tempo relativamente curto de militância partidária, e o deputado federal Horácio Ortiz, embora preenchendo o conjunto das exigências e tendo demonstrado ao longo de sua campanha uma invejável capacidade de diálogo com as entidades populares, não dispunha do mesmo peso do ex-presidente do PMDB paulista.

O gesto unitário de Covas na última convenção do PMDB, ao ter aceito a sugestão das bases partidárias, retirando o seu nome e permitindo que Quécia viesse a integrar a chapa de Montoro na condição de vice-governador, tornando-a imbatível, lhe valeu muitos pontos que foram decisivos para que o partido se sentisse seguro ao entregar-lhe a responsabilidade de governar a cidade de São Paulo. Por isso mesmo, não temos dúvidas em afirmar que, agora, a atitude igualmente unitária do vice-governador Orestes Quécia, ao aceitar com tranquilidade o resultado da escolha e cerrar fileiras em torno dela, não dando qualquer alento às eternas cassandras que sonham com divisões e crises no PMDB, além de engrandecer o Partido, enobrecer ainda mais a figura de Quécia.

Celso Soares é suplente de deputado estadual, presidente do Diretório Municipal do PMDB de São Carlos e assessor do HP para assuntos de São Paulo

No Dia do Índio, Cacique Juruna pede demissão de ministros

Deputado federal do PDT-RJ disse que este é o caminho para a união nacional

O cacique Xavante e deputado federal Mário Juruna (PDT-RJ) ocupou a tribuna da Câmara, para fazer um pronunciamento em homenagem ao Dia do Índio — 19 de abril — quando denunciou a política indigenista e a política econômica do governo federal, acabando por pedir a demissão do ministério.

Isto porque, o governo estaria "estragando o Brasil", pois "antes de 64, Brasil tinha muito ouro, era muito sagrado e hoje Brasil não tem mais ouro, está estragado".

Ele acredita que a culpa não é do presidente Figueiredo, apesar de também criticá-lo: "O presidente não é so defeito, às vezes o presidente é bom, assessor é que não leva verdade para o presidente".

Portanto, trata-se, no entender de Juruna, de expul-

sar "todo o ministério". Ele propõe: "Se o governo federal, ele tem capacidade, ao lado do povo, se o governo federal assume, como homem, tira meia dúzia de ministros que atrapalham o nosso Brasil. Tirava meia dúzia, o presidente da República, qualquer um de nós apoiava ele". E concluiu, alertando: "desse jeito, ninguém vai apoiar o presidente. Ninguém pode apoiar sujeira".

Após finalizar seu discurso, em que também propôs a criação de uma Fundação do Índio e que os índios administrem a Funai, o parlamentar dirigiu-se à Mesa e coroou o presidente da Câmara, Flávio Marçilio, com um cocar Xavante, sendo fortemente aplaudido pelas mais de 400 pessoas que ocupavam as galerias.



Pedessista alerta "Livro de Galvêas vai quebrar todo o mundo!"

Deputado Geraldo Menezes do PDS de São Paulo denunciou o "trio elétrico Delfim-Galvêas-Langoni"

Reprovando a atuação dos ministros da área econômica, o deputado estadual Geraldo Menezes, do PDS de São Paulo, pronunciou veemente discurso em que denuncia "estes covetores da política nacional, o trio elétrico, também chamado Delfim-Galvêas-Langoni, esse trio elétrico insensível e empedernido", responsável pelo desastre na economia nacional.

O parlamentar revelou que vive "sofrendo, não como deputado, mas como pai de cinco filhos, com o dia em que o Presidente, estopim curto, dá um murro na mesa, pondo para fora determinados homens de

Brasília. A porta que estava aberta para recebê-los, deve continuar aberta para vomitá-los". E reclamou: "Troca-se general, coronel, a seleção; troca-se tudo, só não se troca estes insensíveis da área econômica".

O lançamento do livro de Ernane Galvêas — o Aprendiz de Empregado — também revoltou o parlamentar do PDS de São Paulo, que aconselhou: "Não compre este livro coisa nenhuma! Se comprarem vão acabar com o resto da população que acabar com a sua mãe ou o senhor depositou. É o livro de Ernane Galvêas, o homem que

vendeu 400 milhões de ações da Vale do Rio Doce a quatro e quinhentos numa semana e, na outra semana, passou a 30. E ainda tem a ousadia, o despudor de escrever um livro para nós lermos e pormos em prática! Vai quebrar todo o mundo!"

E finalizou: "Livro escrito por Galvêas, sobre economia, o máximo que pode acontecer é quebrar o resto que está aí por quebrar, pela insensibilidade e desfaçatez econômica deste país, movido por este trio elétrico chamado Delfim-Galvêas-Langoni".

Ministro Hélio Beltrão defende a urgente mudança da política econômica:

“Nosso compromisso é com o futuro e nosso inimigo é a recessão!”

Na mais firme e serena crítica à atual política econômica já feita por um integrante do Governo Federal, o Ministro Hélio Beltrão, em discurso na homenagem pelo Rotary Club da Bahia, dia 14 de abril, em Salvador, fez um chamado à união contra o desemprego e a recessão, classificada por ele, como um “remédio intolerável e desnecessário”.

Beltrão fez também um grave alerta ao governo para o perigo do crescente desgaste provocado pela aplicação das orientações dos atuais ministros da área econômica: — O Governo Federal está começando a pagar um preço político muito alto pela exagerada soma de poder que acumulou em suas mãos. O pronunciamento do Ministro Beltrão — para o

qual, vários órgãos de comunicação não deram a necessária divulgação — teve boa repercussão junto aos mais diversos setores da Nação, empresários, sindicalistas, políticos, que esperam do governo medidas efetivas para uma mudança urgente da atual política econômica. Abaixo, os principais trechos do discurso do Ministro Hélio Beltrão:



Ministro Hélio Beltrão

“O Brasil não pode ficar paralisado à espera da solução das contas externas”

“Um país em que há tanta coisa por fazer, não pode ficar paralisado à espera de que se resolva o problema das suas contas externas. Sem substimar a gravidade desse problema, estamos certos de que ele se há de resolver, não só porque o Brasil é um país grandemente viável, como porque o equacionamento da dívida interessa à própria estabilidade do sistema político e financeiro internacional, dentro do quadro traçado na ONU, com extrema felicidade pelo Presidente Figueiredo.”

“O Brasil vai continuar a crescer, porque esta é a sua vocação e a nossa obrigação”.

“Nosso compromisso maior é com o futuro. E, portanto, nosso inimigo é a recessão, que gera o desemprego, a insegurança e o desânimo. Recessão que, no caso brasileiro, constitui remédio intolerável e desnecessário, visto que o país pode continuar a crescer e gerar empregos sem agravar o desequilíbrio cambial, nem prejudicar o esforço de exportação.”

“Trata-se apenas de escolher o caminho. E esse caminho nos parece bem claro. Apesar do extraordinário avanço realizado sobre o passado, a maioria dos brasileiros ainda não dispõe de condições mínimas de bem-estar; ainda padece de carências educacionais no tocante à alimentação, educa-

ção, saúde e saneamento, habitação, vestuário e transporte coletivo.”

“Diante dessa situação, é evidente que o caminho certo a seguir, é o da satisfação dessas necessidades básicas. Como temos coerentemente afirmado, um dos maiores trunfos com que conta o Brasil atualmente, para assegurar a continuidade de seu desenvolvimento, reside, paradoxalmente, na enorme capacidade de eliminação da pobreza por constituir o novo motor de nosso desenvolvimento, dotado de infinitas possibilidades.”

“É hora, portanto, de direcionar com mais nitidez os esforços do governo e das empresas nacionais para a tarefa prioritária de elevar substancialmente a oferta dos bens e serviços essenciais ao consumo popular. Com o atendimento prioritário ao social, se atenderá simultaneamente ao econômico, visto que essa orientação implicará em aumentar o nível de emprego sem pressionar as importações, utilizar tecnologia e recursos abundantes no país, reforçar setores menos dependentes do exterior e fortalecer a empresa privada nacional, com reflexos positivos do lado da demanda, dentro do próprio mercado popular.”

“Em suma, a hora da crise é a hora da redescoberta do essencial, do mais simples, do mais urgente e do mais básico.”

“A concentração excessiva das decisões no nível central da administração é uma sobrevivência deplorável de nosso passado colonial que não se coaduna com a urgência de nossos problemas e a dimensão de nosso país.”

“Esse processo concentrador está, a nosso ver, atingindo a fase de saturação e começa a apresentar sintomas de autocondenação. Tendo assumido toda a autoridade, o Governo Federal acabou involuntariamente por assumir a responsabilidade por tudo de errado que ocorre neste país. Se falta feição, a culpa é do Ministro da Agricultura; se o ensino local vai mal, a culpa é do Ministro da Educação; se o atendimento médico não satisfaz, a culpa é do Ministro da Previdência Social; se falta casa, a culpa é do Ministro do Interior. E assim por diante.”

“Por outras palavras: em nossa opinião, o Governo Federal está começando a pagar um preço político muito alto pela exagerada soma de poder que acumulou em suas mãos.”

“Meus amigos, O combate à recessão e ao desemprego, à eliminação de nossas carências básicas, a batalha contra o desperdício e a luta pela descentralização administrativa e econômica são tarefas que exigem a união dos brasileiros de boa fé.”

HP se solidariza com o pronunciamento do ministro

Telegrama abaixo o telegrama enviado pelos diretores do nosso jornal ao ministro Hélio Beltrão:

Ministro Hélio Beltrão

Total e irrestrita solidariedade ao pronunciamento no Rotary Club Bahia. A mudança do modelo econômico não é apenas possível, mas é urgente. As condições em São Paulo indicam gravidade da situação. É decisivo unir forças da Nação, para edificar Brasil Soberano e Democrático. Fraternalmente Nelson Chaves Eduardo Fernandes Diretores Hora do Povo



Nilson Araújo de Souza

Nilson Araújo de Souza é doutor em economia pela UNAM e consultor do HP para assuntos econômicos

A miragem da recuperação da economia dos EUA

A projeção do Departamento do Comércio dos EUA divulgada a 21 de março, de que a economia norte-americana crescerá a uma taxa de 4% neste ano — revendo previsão anterior em torno de 1% — está sendo utilizada em nosso país, como mais um expediente, para criar falsas expectativas entre aqueles que ainda não se deram conta de que, só o rompimento com a dependência será capaz de salvá-los da ruína e salvar-nos a todos da catástrofe. Mas, como das vezes anteriores, em que os arautos do modelo econômico dependente incutiam falsas esperanças de novos “milagres”, a expectativa de que a chamada recuperação norte-americana nos salvará do abismo, não passa de uma miragem.

caíra bruscamente de 10,8% em dezembro para 10,4% em janeiro, permaneceu estável em fevereiro e experimenta uma infima queda em março, para 10,3%. Por fim, o chamado “índice de indicadores coincidentes”, índice global que, nos EUA, serve para detectar tendências futuras, sofreu um recuo de 0,2% em fevereiro, após haver aumentado 1,1% em janeiro.

Tudo indica, pois, que, depois do raio de luz da virada de ano, as nuvens sombrias voltaram a se abater sobre a economia norte-americana.

E, não é muito difícil entender porque ainda não era essa, a vez da recuperação. Nenhum dos profundos problemas que levaram à crise mundial iniciada no final dos anos sessenta, foi resolvido até agora. Segue de pé, a disputa entre as potências imperialistas — particularmente, EUA, Alemanha e Japão — pela divisão do mercado mundial. Apesar do avanço dos povos e dos países do terceiro mundo, as relações desiguais entre as economias centrais e as economias subdesenvolvidas permanecem. A crise do sistema monetário internacional, aberta com o declínio da hegemonia do dólar norte-americano, crise que, na realidade, expressa a crise da caduca ordem econômica internacional vigente, permanece sem solução.

Apesar de os obstáculos estruturais a um novo período de expansão mundial persistirem, é possível, dentro da crise mais geral, ocorrer ligeiros momentos de reanimação econômica, como sucedeu em 1971-72, 1976-78. A momentânea reanimação norte-americana na virada do ano, foi obtida, no essencial, graças a dois fatores: 1) a flexibilização da política monetária, que permitiu a queda das taxas de juros, o que, somado a redução do Imposto de Renda, levou a reanimação do mercado interno norte-americano; 2) a transferência de grande parte do ônus da economia norte-americana para outros países dependentes através da baixa dos preços das matérias-primas, que, só no ano passado, caíram em torno de 15%, completando-se agora com a queda do preço do petróleo.

Reanimação obtida pela espoliação dos países subdesenvolvidos

A liberação da política monetária, no entanto, já começou a alcançar seus limites. Em 5 meses do atual exercício fiscal, iniciado em outubro, o déficit do tesouro dos Estados Unidos já atingiu a gigantesca dívida de US\$ 103 bilhões, que era a previsão para todo o exercício; durante o mês de março, os meios de pagamento básicos cresceram a uma taxa anualizada em torno de 15%, quando as metas, já consideradas elevadas, giravam entre 4% e 8%. Isso significa que o governo de Reagan começou a perder o controle sobre sua política monetária e fiscal. Tal situação está levando ao temor de que as taxas de juros, em declínio nos últimos meses, voltem a subir. Essa expectativa já levou algumas valorizações do dólar no mercado internacional. Henry Kaufman, considerado o maior especialista de Wall Street, afirmou que a recente elevação do custo do dinheiro no mercado inter-bancário, deverá acentuar-se ainda mais no mês de abril. Essas previsões se justificam plenamente, na medida em que a perda do controle da política monetária poderá levar o governo norte-americano, rapidamente, a “endurecer”, impondo uma política restritiva, o que, inevitavelmente, levará a uma nova elevação dos juros.

Ou seja, como não resolveram os problemas de fundo, políticas superficiais de reanimação econômica estão fadadas a encontrar muito rapidamente seus limites. O outro aspecto que levou à efêmera reanimação — a baixa dos preços das matérias-primas — foi realizado às custas dos países subdesenvolvidos, que viram boa parte de sua renda ser roubada pelos monopólios norte-americanos. Na medida em que o descontrolado monetário force Reagan a uma nova compressão econômica e, portanto, à liberação dos juros, sua política de reanimação terá que centrar-se cada vez mais numa maior espoliação dos nossos países e, portanto, numa maior queda dos nossos termos de intercâmbio. Isso significa que uma provável melhora da economia norte-americana poderá agravar ainda mais as duas principais formas de pilhagem de nossa economia e, portanto, de aprofundamento da crise: as elevadas taxas de juros e a queda dos preços das nossas matérias-primas.

Os defensores da dependência já podem tirar o cavalo da chuva

Em síntese, aqueles que vislumbram uma melhoria na miragem da recuperação norte-americana, já podem começar a tirar o cavalo da chuva, pois não é por esse lado que se evitará a catástrofe em nosso País e se emergirá para um novo patamar de desenvolvimento econômico. Só o rompimento com a dependência externa, simultaneamente com a conversão da economia para o mercado interno serão capazes de conjurar o caos econômico em que a política imposta pelo FMI e os banqueiros internacionais querem nos meter. As medidas já são por todos conhecidas: moratória da dívida externa; tabelamento de juros, acompanhamento de um controle sobre o sistema bancário que garanta a baixa das taxas de juros; desenvolvimento da indústria nacional de bens de capital e de consumo popular; de desenvolvimento do mercado interno, e finalmente através da reforma agrária e do fim do arrocho salarial; controle da remessa de lucros para o exterior; reforma tributária; diversificação de nossas relações econômicas internacionais, pautada numa política externa independente; além de outras medidas que a realidade haverá de ensinar-nos. Isso é a salvação da Pátria; o demais é a devastação da economia nacional.

Em primeiro lugar, ainda que fosse verdadeira a expectativa de recuperação da economia norte-americana, isso não significaria que daí devamos, automaticamente, derivar projeções otimistas para a economia brasileira. Isso porque, a despeito da dependência da economia nacional em relação aos centros imperialistas, particularmente à economia norte-americana, não existe uma perfeita identidade do ciclo econômico em nosso País com o das economias centrais. Ou seja, os reflexos dos acontecimentos econômicos mundiais não se dão de forma automática ao interior da nossa economia. A razão básica disto é que, com o desenvolvimento industrial, a economia brasileira tornou-se mais complexa e, portanto, também mais complexas se tornaram suas relações de dependência. Uma economia agrária-exportadora, que se volta essencialmente para o mercado externo, absorve automaticamente e de forma imediata os efeitos de uma crise mundial. Uma economia industrializada e com um forte peso do mercado interno, ainda que dependente, absorve esses mesmos efeitos, só que não de forma imediata. A evolução recente comprova essas afirmações. Em fins de 1973, os países centrais entraram em crise, enquanto a crise brasileira só se iniciou no segundo semestre de 1974. Em fins de 1975, as economias desenvolvidas iniciaram uma fase de recuperação, ao passo que, apesar de uma efêmera reanimação em 1976, a economia brasileira só experimentou uma certa recuperação em 1978, que durou até fins de 1980. Em fins de 1979, as centrais, a qual só nos atingiu em fins de 1980.

Em segundo lugar, apesar de os EUA continuarem ainda como a potência dominante no campo imperialista, a economia norte-americana já não é mais, como o foi logo depois da segunda guerra, a locomotiva da economia mundial. Ou seja, seu peso na produção industrial mundial e nas relações comerciais internacionais baixou a tal ponto, que sua evolução já não determina a evolução automática da economia mundial. Só a título de ilustração, se pela época da segunda guerra, a economia norte-americana representava mais de 50% da economia mundial, hoje esse valor não passa dos 20%. Isso significa que uma reanimação da economia dos EUA só se traduzirá numa reanimação da economia mundial e, portanto, dos países subdesenvolvidos, se ela ocorrer simultaneamente com melhorias nas outras principais potências capitalistas, particularmente no Japão e na Alemanha. Quanto à economia japonesa, a produção industrial caiu 0,3% em janeiro e 0,9% em fevereiro; um “pacote” de medidas para estimular a economia, que prevê principalmente uma queda dos juros, está sendo sustado por temor de que isso possa desencadear um processo de desvalorização do iene. Quanto à Europa, o desemprego permaneceu estável no conjunto da Comunidade Econômica Europeia no mês de fevereiro, os desempregados aumentaram em 2% na Alemanha, enquanto caíram em 10,1% as encomendas à indústria alemã. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico que reúne os chamados países ricos, divulgou no começo do ano estimativa de que a taxa de crescimento econômico desses países se situará em torno de 1% neste ano, ou seja, permanecerá estancada.

Economia norte-americana já não é mais aquela

Além disso, a recuperação norte-americana não basta para dinamizar as outras economias centrais. Estas teriam não só de adotar políticas claras de reativação econômica, mas também de realizar um acordo global que pusesse fim ao atual nível das relações econômicas, que operam como verdadeira guerra comercial (que tem o protecionismo como um de seus principais pilares). Ou seja, uma reativação econômica global dependeria, entre outras coisas, do estabelecimento de novas relações econômicas no interior do bloco hegemônico do mundo capitalista, acordo que, apesar da tentativa da chamada Trilateral, não atingiu resultado positivo até os dias de hoje.

Em terceiro lugar, se uma recuperação mais profunda e duradoura da economia norte-americana não nos asseguraria, como vimos, uma reanimação da economia mundial e, particularmente, dos países dependentes, muito menos efeito haveria de produzir, uma recuperação que, em três meses, já começou a dar os primeiros sinais de cansaço. Depois de cerca de três anos de recessão e de haver atingido seu patamar mais baixo no último trimestre do ano passado, a economia norte-americana começou a apresentar sintomas de recuperação em dezembro passado. As encomendas à indústria de bens duráveis aumentou de 8,5% em dezembro e 5,7% em janeiro. Nesse período, igualmente aumentaram a construção de casas, a produção de aço e as vendas de automóveis. A taxa de desemprego da força de trabalho, que havia sido de 10,8% em dezembro, baixou para 10,4% em janeiro. Os preços ao consumidor caíram, em média, em 0,3% em dezembro.

No entanto, os primeiros indicadores de fevereiro, março revelam que a melhora ocorrida na virada de ano não passou de um sonho em noite de verão. Já em fevereiro, as encomendas à indústria de bens de capital baixaram de 7,3%, as vendas de residências que, expressando a melhora na construção civil, haviam aumentado de 12,7% em janeiro, em relação a dezembro, registraram uma queda de 5,9% em fevereiro, os investimentos no setor de construção declinaram em 2% em fevereiro, depois de haverem aumentado em 7,2% em janeiro; a taxa de desemprego, que

“A penumbra que nos cerca pode ser a que anuncia a promessa da manhã”

Em seu discurso de estréia no Senado Federal, o ex-ministro Severo Gomes (PMDB-SP), que teve quase três milhões de votos, condenou a submissão da economia brasileira aos ditames dos banqueiros internacionais, alertando porém que ainda é possível mudar os rumos para restaurar a soberania nacional. Abaixo, os principais trechos de seu pronunciamento.

Vivemos, nestes dias, a hora crucial da história brasileira. O desemprego em massa invade os lares dos trabalhadores, com seu cortejo de miséria e de desgraças. A Economia parece ferida de morte e o Estado, benfeitor de minorias e algoz implacável para a maior parte da população, agoniza no charco da insolvência, depois de hipotecar ao Fundo Monetário Internacional os últimos alicerces de sua dignidade.

O nascimento das grandes nações, como os Estados Unidos, a Inglaterra e a França, custou muito sangue, derramado em guerras e em combates intestinas. Se não tivésemos competência para gerar um Brasil novo, pela via política, a violência será outra vez a parteira da História.

“Estamos diante do desafio do Projeto Nacional”

Para o Bem e para o Mal, o que fizermos irá marcar a vida das gerações vindouras. Estamos diante do desafio do Projeto Nacional, em tudo semelhante àquelas que foram decididas e respondidas, nas encruzilhadas da História, pelos estadistas que hjeraram a construção das grandes nações.

Queremos um Brasil forte, próspero, livre e feliz. Queremos uma Pátria de que possamos orgulhar-se os seus filhos.

Como sonhar tão alto, quando o tempo é o da ameaça, das incertezas, dos constrangimentos e das pressões que se abatem sobre a Nação?

É que os grandes sacrifícios obrigam à reflexão, e com ela vão caindo as escamas que nos cobriam os olhos. Então percebemos que a penumbra que nos envolve não é, necessariamente, a que antecede as trevas da noite. Dependendo de nós, desta Casa e deste Congresso, ela pode ser a penumbra que anuncia a promessa da manhã.

Somos um grande e numeroso povo, dotado de capacidade e trabalho, de sacrifício e de inventividade.

Dispomos de recursos naturais como nenhum outro país do mundo.

Temos uma agricultura poderosa e competente, que neste último meio século liderou as estatísticas mundiais de crescimento. Só que ela foi conduzida para produzir alimentos destinados a outros povos, enquanto os que labutam no setor permanecem até hoje, perseguidos pela desnutrição, pela doença e pelo analfabetismo. Ainda não tivemos forças para dar o passo histórico de trabalhar para nós mesmos.

A indústria brasileira estende-se por quase todos os campos, e ostenta tecnologia moderna. Podemos produzir o que nos precisamos, e ainda muito do que a grande maioria das nações precisa, para a sua sobrevivência.

As universidades e institutos de pesquisas,

malgrado o desprezo que vêm merecendo dos governos, juntamente com todas as questões educacionais, representam enorme potencialidade de geração de tecnologia autônoma, e de desenvolvimento da cultura nacional.

Nossos quadros intelectuais, técnicos, administrativos e políticos nada ficam a dever aos das nações desenvolvidas.

Enfim, temos tudo para nos tornarmos uma grande nação. Tudo, menos a capacidade de decisão política.

NOSSO PATRIMÔNIO ACUMULADO NA INDÚSTRIA E NA AGRICULTURA CORRE SÉRIO RISCO

Um aceno de mudanças no sentido correto surgiu no discurso que o senhor Presidente da República fez na sessão inaugural da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. Nessa oportunidade, ele mostrou com clareza o que separa as nações. Expôs como a ordem econômica internacional congelou um processo de dominação financeira, tecnológica e comercial, beneficiando os países ricos às expensas dos pobres. Descreveu como nosso país foi e é espoliado dentro dos atuais pressupostos da economia internacional, que nada têm de inexoráveis.

Mas o que aconteceu foi o contrário. Depois do discurso tivemos a carta de intenções ao FMI.

Agora, todo o patrimônio acumulado durante meio século na indústria e na agricultura corre sério risco. A desorganização da economia ameaça atirar pela janela o potencial de nossa força de trabalho, enorme e adestrada, e a capacidade empresarial conquistada a duras penas.

RESTAURAR A SOBERANIA DO BRASIL

Nunca o Brasil atravessou uma época em que tenha sido tão importante a mobilização e a união das maiorias em todas as classes, por que nunca enfrentamos, como hoje, ameaça tão grande à sobrevivência da nacionalidade.

A construção da Pátria de todos começa pela identificação daquilo que pode ser o interesse de todos. Aquilo que deve unir os trabalhadores, os empresários, os profissionais liberais, as igrejas, os militares e a juventude, na perspectiva do projeto de uma nação.

Temos aí a matéria-prima para a negociação política. Negociação para construir direitos, para resolver os problemas da fome, da saúde, de analfabetismo, para restaurar a soberania nacional.

Funcionários das estatais repudiam campanha de desnacionalização

Trustes estrangeiros, a pretexto de defenderem a “livre iniciativa” querem abocanhar o patrimônio nacional

“Denunciamos a má fé e a origem suspeita das campanhas agora renovadas, que visam desmoralizar as estatais, perversamente apontadas como responsáveis pela crise econômica ou beneficiárias de “privilegios”.

Desta forma, os técnicos e trabalhadores das empresas estatais, reunidos em Brasília, no seu IV Encontro Nacional, nos dias 11, 12 e 13 de abril, repudiaram as recentes campanhas supostamente “privatizantes” promovidas por certos órgãos de imprensa, porta-vozes dos interesses alienígenas no País.

Para apoiar os objetivos do FMI de estrangular as nossas estatais, exigindo que o governo brasileiro reduza drasticamente seus orçamentos, a revista “Veja” recentemente publicou um artigo acusando as estatais de serem uma “constelação imaginária”, responsável por mais de 60% da dívida externa e que insiste em se manter à margem da crise econômica, proporcionando aos seus funcionários altos privilégios. Entre os supostos “privilegios” denunciados pela “Veja” estão os salários dignos, estabilidade no emprego e um importante apoio assistencial e social, desenvolvidos pelas estatais.

Por trás desta enrustida e ridícula campanha desnacionalizante, afirmam os participantes do encontro em Brasília, estão “poderosos interesses econômicos externos que querem abocanhar o imenso patrimônio representado pelas estatais”.

Segundo eles, “acusar-se está em jogo, pois são estrangeiros e hostis à Nação, os interesses que se escondem por trás dessas campanhas privatizantes”, conclui o documento.

uso destas empresas pelo governo, para captar dólares no exterior, para tapar os buracos de uma política econômica falida e injusta”. Ou seja, “foram usadas justamente pela credibilidade que têm no exterior, pela solidez e importância de seu patrimônio e pelo papel que desempenham na economia brasileira”.

O documento aprovado neste encontro, denominado “Carta de Brasília”, alerta a opinião pública para o engodo promovido por estas campanhas de desinformação:

“As empresas estatais foram originalmente criadas para ocupar setores fundamentais da economia e permitir o desenvolvimento da indústria. Setores que exigiram e exigem vultuosos investimentos e com retorno a longo prazo. Setores pouco lucrativos, que não ofereciam atrativos para as empresas estrangeiras e tinham custos impraticáveis para o empresariado nacional.

Mais, principalmente, setores vitais para o exercício da soberania nacional no plano econômico, como siderurgia, petróleo, telecomunicações, produção e distribuição de energia elétrica, mineração e tantos outros”.

“Hoje, quando estas empresas constituem imenso patrimônio construído pelos brasileiros, pertencentes à toda sociedade, modernas e eficientes unidades de produção ou prestadoras de serviços essenciais, renova-se então a campanha supostamente “privatizante”.

“E a soberania nacional que está em jogo, pois são estrangeiros e hostis à Nação, os interesses que se escondem por trás dessas campanhas privatizantes”, conclui o documento.

Multinacionais atentam contra a saúde do povo!

Delfim dá apoio para dominarem totalmente o setor farmacêutico, decisivo para a segurança nacional.

RODOLFO LUCENA

MULTINACIONAIS CONTROLAM 80% DO MERCADO

Um projeto para a nacionalização da indústria farmacêutica, elaborado pelo Grupo Interministerial da Indústria Farmacêutica (Geifar), está sendo examinado pelo presidente da República, que deverá se manifestar em breve sobre o assunto. O programa é defendido pelos ministros Valdir Arcoverde, Camilo Penna e Hélio Beltrão e contra ele se levantam as multinacionais que dominam o setor e os ministros Delfim Neto e Ernane Galvães que, apesar de integrarem o Geifar, se recusaram a assinar o ante-projeto enviado a Figueiredo.

Querem deixar tudo como está: o sexto mercado do mundo capitalista, absolutamente controlado por empresas estrangeiras. Em termos de faturamento, 80% do mercado é das multinacionais, que em nossa Pátria vendem produtos proibidos em seus países de origem, monopolizam matérias-primas, operam artificialmente "no vermelho", subfaturam e superfaturam em suas operações comerciais com as matrizes, para facilitar a remessa de lucros, estrangulam o mercado para os laboratórios nacionais e impedem o desenvolvimento de tecnologia própria neste setor essencial à segurança nacional.

"Em termos econômicos, a indústria farmacêutica brasileira é uma ficção, totalmente dominada pelo capital estrangeiro. Se em matéria de faturamento as multinacionais controlam 80% das vendas, em um mercado de mais de 1 bilhão e 500 milhões de dólares, em termos de matéria-prima a nossa dependência não é menor, pois importamos cerca de 80% dos fármacos utilizados na fabricação de remédios".

É a conclusão do relator da CPI do Congresso Nacional que examinou a questão dos remédios, deputado Sebastião Rodrigues Júnior, do PMDB. Suas palavras duras refletem uma situação criada pela dependência: hoje, dos 50 maiores laboratórios do país, apenas quatro são brasileiros. Estes 50 laboratórios — menos de 10% do total existentes no país — controlam 79,12% do mercado total.

Isto é consequência direta da política governamental: nos últimos 18 anos, cerca de 50 laboratórios nacionais foram absorvidos por indústrias estrangeiras. Os laboratórios nacionais não têm qualquer chance, na atual situação, de concorrerem com as multinacionais.

MATÉRIA-PRIMA E TECNOLOGIA NAS MÃOS DAS EMPRESAS ALIENÍGENAS
Enquanto isto, as empresas

ENQUANTO ISSO, NUMA REUNIÃO DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA...



estrangeiras se beneficiam da própria legislação brasileira, pois, fabricando a matéria-prima no Brasil, têm proteção alfandegária, tendo condições, portanto, de estabelecer os preços segundo seus critérios e interesses.

Aliás, nas importações também as multinacionais são as controladoras, importando para uso próprio e para venda no mercado. "Toda a matéria-prima é controlada por grandes empresas alienígenas e delas somos totalmente dependentes", informa a Ortoquímica Indústria Farmacêutica, enquanto o Laboratório Kriff completa: "Os laboratórios nacionais, além de sofrerem como toda a pequena empresa, têm as matérias-primas controladas pelas multinacionais, com o preço livre e sua produção manietada a preços irrealistas".

LUCROS VÃO PARA O EXTERIOR
Além de prejudicarem a empresa nacional, prejudicam o conjunto da economia, com o aumento da dívida externa: em 1979, o setor exportou cerca de 60 milhões de dólares, importando mais de 300 milhões, tendo um déficit, portanto, de 240 milhões de dólares, conforme revelou o ex-diretor da Carreira de Comércio Exterior, Benedito Moreira.

O saque à nossa economia é completado pela evasão de divisas, através dos mais diversos expedientes. Um dos mais utilizados é o da realização de empréstimos pela matriz à filiais, quando então a remessa de lucros é feita no pagamento dos juros. Também a fixação dos preços dos produtos importados pelas filiais em níveis muito superiores aos do mercado é outra manobra executada pelas multinacionais. A CPI dos remédios registrou casos em que o superfaturamento chega a 825%.

Assim, as filiais ficam sempre com "prejuízo" nas operações com suas matrizes, como é o caso da Ciba-Geigy que, em 1979, teve um "prejuízo" nas suas importações de Cr\$ 476 milhões (valores da época), segundo revelam os boletins da Cacex. Trata-se de uma verdadeira "crueldade comercial", ironizou o deputado Sebastião Rodrigues.

SAÚDE DO HOMEM É O MAIS IMPORTANTE PARA A SEGURANÇA NACIONAL
Falcaturas como o subfaturamento e o superfaturamento são por demais conhecidas pelos ministros da área econômica, que entre-

tanto, nada fazem. Ao contrário, como se vê agora, Delfim Neto e Ernane Galvães mais uma vez dão as mãos às multinacionais contra a nacionalização da indústria farmacêutica.

Na verdade, assim agindo, atentam contra a segurança nacional pois, como bem afirmou a CPI da Câmara Federal, o Diretor de Saúde do Exército, general João Velloso, "nossa atividade fim é a segurança nacional, o mais importante para atingir este objetivo é a saúde do homem".

Completando, o ministro da Saúde, Valdir Arcoverde, acrescenta: "O elevado percentual de importações, das quais depende a produção interna de numerosas e importantes especialidades farmacêuticas, deve ser encarado sobretudo como um fator inquietante vinculado à segurança nacional".

Inquietante ao ponto do vice-presidente do Conselho Regional de Farmácia de São Paulo, Bruno Carlos de Almeida, afirmar: "podemos imaginar o caos que se implantaria no país se, de uma para outra, as nossas relações diplomáticas com nossos omissos fornecedores de matéria-prima fossem cortadas".

Sabotagem contra a CEME

Central de Medicamentos foi desvirtuada em seu objetivo de pesquisa e produção.

As multinacionais, apoiadas por setores dentro do próprio governo, conseguiram sabotar o primeiro projeto moderno de abrir o caminho à autonomia do Brasil na pesquisa e produção de medicamentos, a Central de Medicamentos.

A CEME criada em 1971, como órgão diretamente vinculado à Presidência da República, para produzir remédios, através dos laboratórios oficiais, e distribuí-los às camadas mais carentes da população.

Um dos principais projetos da CEME foi a formulação de uma Política Nacional de Medicamentos, que propunha a formação de uma tecnologia nacional, dando prioridade à indústria genuinamente nacional. Os avanços conseguidos, porém, logo provocaram a reação das multinacionais.

ou mesmo extinguiu-a.

O presidente Geisel que a constituiu, decretou o fim das características iniciais da CEME, quatro anos depois. Foi desmembrada, passando a ficar subordinada ao ministério da Previdência, enquanto o setor de pesquisa ia para a Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio.

DIMINUEM VERBAS PARA A PESQUISA
Com isto, a diminuição das verbas para a pesquisa foi extremamente acentuada: em 1979 a STI recebeu para investimento dotação orçamentária de Cr\$ 12,2 milhões, pouco mais do que a CEME investia em 1974 (Cr\$ 11,2 milhões) e, na prática, muito menos, pois o valor do dinheiro fora corroído ao longo de cinco anos de inflação.

MANOBRAS CONTRA A CEME
Um diretor da Cynamid reclamava: "A CEME deveria se limitar a produzir medicamentos que a indústria do país não produz". Já um diretor da multinacional sueca Astra propunha que a CEME se atendesse à parcela da população que não tem poder de compra, "evitando assim a concorrência com a indústria privada" — quer dizer, com as multinacionais.

Uma pádua esperança de recuperação foi aventada quando o ministério da Previdência apresentou proposta de transformação da CEME em empresa pública, restabelecendo-lhe o direito de pesquisa. Defendendo seu projeto, o então ministro Jair Soares afirmou: "Na defesa dos interesses e da saúde do povo, o imperativo é que os produtos farmacêuticos venham a ser fabricados totalmente no Brasil e o quanto possível com matéria-prima nacional".

Passaram das palavras aos atos, conforme o alerta divulgado no boletim "Pessoal secreto" de 9/11/73, dirigido pelo então Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, general Breno Borges Fortes: "Estaria se processando uma manobra entre dirigentes da indústria farmacêutica e elementos altamente situados no ministério da Saúde, visando minimizar a ação da CEME, tornando-a inoperante."

O projeto parou nas mãos do ministro Delfim Neto, que fez diversas alterações, acabando por declarar que "A CEME vai fazer pesquisa, se quiser e puder". Sem verbas, evidentemente não poderá. Prática esta atentatória aos interesses nacionais, que o ministro reedita, agora, na sua atuação contrária ao projeto de nacionalização da indústria farmacêutica.

Independência no setor é fator de segurança nacional

Brasil pode superar rapidamente as barreiras tecnológicas para ter autonomia.

O Brasil tem condições de nacionalizar a indústria farmacêutica, considerando-se o altíssimo grau de dependência do setor?

A resposta é positiva, e o motivo é simples: 60% dos medicamentos vendidos no país são comprados pelo governo federal. É preciso que determinemos quanto e de quem queremos comprar e de quem queremos comprar. Não é possível ficarmos à mercê do lucrativo jogo das multinacionais, que nos impingem mais de 25 mil remédios licenciados, quando a Organização Mundial da Saúde esclarece que 90% das doenças podem ser tratadas por 250 medicamentos, cuja relação a OMS distribuiu a todos os países das Nações Unidas.

Entretanto, se a nível de mercado, a independência é possível e até relativamente fácil, seria possível a nível tecnológico?

Para o ministro Delfim Neto, as diferenças no desenvolvimento tecnológico são "a razão

básica do processo de desnacionalização de nossa indústria farmacêutica". Não é verdade: a verdade é exatamente o contrário: o hiato tecnológico se deve à desnacionalização do setor.

Embora realmente exista o hiato a nível de desenvolvimento da tecnologia, que começou a se fazer notado a partir do final da 1ª Guerra Mundial, ele pode ser facilmente superado com uma adoção de política específica no sentido de incentivar a pesquisa e a produção dos novos fármacos, atividade praticamente abandonada pela empresa nacional.

Propostas existem, como a elaborada pela CEME e expressa no 1º Plano Diretor de Medicamentos, que define entre outras, as seguintes políticas gerais: estabelecimento e oficialização da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais, orientada em função dos problemas sanitários de maior vulto e dos

grupos populacionais mais vulneráveis, consideradas as diferenças de desenvolvimento regional; participação de empresas industriais de capital exclusivamente nacional nos sistemas de produção da CEME; e dinamização do sistema oficial de pesquisa, pela realização de investimentos em modernização de equipamentos e capacitação de pessoal e do desenvolvimento do país e à produtividade do sistema.

Cumpra atualizar, implementar e desenvolver projetos como este, para garantir a autonomia nacional neste setor.

É impossível suportar isso! Delfim mente até para Figueiredo!

Ministro sonega informação ao presidente para tentar sustentar o logro de que as exorbitantes taxas de juros denunciadas pelos empresários são irreais. Não merece confiança. É urgente a sua demissão.

NILSON BUENO DE CAMARGO

"De fato, não é possível suportar taxas de juros como as que estão assinaladas nos níveis superiores da tabela. Felizmente elas não existem! A tabela apresentada é um exercício aritmético baseado em premissas hipotéticas e não tem necessariamente correspondência com a realidade das taxas praticadas por todo mercado".

Esta resposta do ministro Delfim Neto à pergunta formulada pelo presidente Figueiredo sobre as denúncias feitas pelo empresário Afif Domingos em relação às exorbitantes taxas de juros, foi uma pérfida mentira.

Para tentar sustentá-la, Delfim apresentou ao General Figueiredo um quadro que reuniria, segundo Delfim, "as informações sobre as taxas de juros praticadas nos diversos segmentos do mercado, desde as taxas subsidiadas que atendem ao crédito rural, às exportações e às pequenas e médias empresas, até as mais altas praticadas pelo segmento livre do mercado".

No entanto, como pode ser observado na tabela do Delfim, no segmento de livre mercado (os 16,8% que segundo o próprio ministro, tratam-se de taxas extremamente altas) não está estabelecida a taxa real de juros praticada. Delfim sonegou esta informação, não provou que os empresários não pagam os 49% denunciados por Afif e garantiu ao General Figueiredo que eram taxas irrealistas.

É evidente que a grave denúncia do presidente da Associação Comercial de São Paulo não atacava as taxas de juros subsidiadas, mas justamente as de crédito ao comércio e a indústria e as praticadas no mercado livre.

Segundo Afif Domingos, o ministro Delfim Neto com a embromação estaria "pensando apenas em preservar seu cargo e, com isso, joga com a estabilidade do país".

E, de fato, não é possível suportar isso. De um lado, está toda a Nação traumatizada com as exorbitantes taxas de juros, que, conforme alertou o presidente da ABINEE, Firmino Rocha de Freitas, no seu discurso de posse, já ameaçam a própria continuidade do sistema capitalista, pois "é impossível mantê-lo por muito tempo quando se estabelecem regras que extrapolam o seu próprio fundamento, isto é, do lucro aliado ao risco". Do outro lado, o ministro Delfim Neto e Cia, que insiste, irresponsavelmente em tentar enganar a Nação com suas vigarices, para manter sua

O logro do Ministro

Discriminação	Composição (%)	Taxas de Juros
EMPRÉSTIMOS DO SISTEMA FINANCEIRO AO SETOR PRIVADO		
Operações condicionadas:		
1. Crédito rural	63,0	CM + 8 a 12%
Res. 754	12,3	35, 45 e 60%
Demais	4,0	45 e 60%
2. Exportação	1,3	CM + 3 a 12%
3. Pequena e média empresa	31,2	CM + 6 a 10% (demais)
4. Sistema Financeiro de Habitação	4,5	6% am (desconto)
5. Crédito ao comércio e indústria - BB	2,6	CM + 6 a 10%
6. Bancos estaduais de desenvolvimento	2,6	CM + 6 a 10%
7. BNDES, inclusive Fname	3,6	CM + 6 a 10%
8. Outras operações das caixas econômicas	2,1	45, 60 e 60 a m. (desconto)
Operações livres:		
1. Res. 63 (bancos comerciais)	37,0	Correção cambial
2. Bancos de investimento	10,2	CM + 21 a 35%
3. Demais	16,8	Variável
Total	100,0	

Ne quadro que Delfim apresentou à Figueiredo não consta qual o valor real da taxa de juros que os empresários são obrigados a pagar no mercado livre.



Segundo Afif Domingos, Delfim está "pensando apenas em preservar seu cargo e com isso joga com a estabilidade do país".

política econômica falida e profundamente lesiva aos interesses nacionais.

Agora, Delfim ultrapassou todos os limites. O mínimo que se pode esperar de um ministro de Estado é lealdade, ao menos, para com o presidente da República.

A insidiosa mentira que Delfim se utilizou para fugir à grave cobrança que o General Figueiredo lhe fez só tem uma única resposta: sua imediata demissão. Caso contrário, o respeito que a Nação mantém em relação ao presidente Figueiredo, poderá sofrer um abalo irremediável.

Presidente do Banco do Brasil concorda com empresários:

Os juros têm que ser tabelados

Para Osvaldo Collin só uma medida drástica do governo seria capaz de reduzir imediatamente as altas taxas de juros.

"Só uma medida drástica do governo, como tem sido proposta por várias pessoas e setores da sociedade, poderia no momento representar uma resposta pronta e reduzir de imediato o alto custo do dinheiro" afirmou o presidente do Banco do Brasil, Osvaldo Collin ao defender o tabelamento dos juros. Desmistificando os questionamentos sobre a viabilidade do tabelamento que poderia ser burlado de várias maneiras, Collin indagou de forma categórica: "Há quantos anos temos tabelado os juros agrícolas? Funciona ou não funciona? Esse tabelamento existe há muitos anos e, pelo menos desde 1979, jamais se ouviu uma reclamação de burla".

A declaração do presidente do Banco do Brasil veio ao encontro das reivindicações dos principais líderes empresariais para que o governo tome medidas efetivas para diminuir as exorbitantes taxas de juros.

Recentemente, o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Albano Franco, exigiu o urgente tabelamento dos juros e disse que esta situação é insustentável. "Os custos financeiros de uma

empresa, que em 1976 comprometiam em média 6% de sua receita operacional, chegam atualmente a 15%. O responsável pelas atuais taxas é o próprio governo federal, através da política comandada pelos ministros Delfim Neto e Ernane Galvães", acusou o presidente da CNI.

Também a Federação das Indústrias de Minas Gerais, na semana passada, no Primeiro Encontro Regional da Indústria Centro-Leste, realizado em Belo Horizonte, que contou com a participação das federações de Minas, Goiás, Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Brasília reivindicou que o Conselho Monetário Nacional fixe um patamar máximo de taxas de juros reais em todas as aplicações do sistema financeiro nacional.

Alertando o governo sobre a gravidade da situação e da urgência do tabelamento, também o presidente da Votorantim, o maior grupo empresarial do país, Antonio Ermirino advertiu: "se não forem tomadas estas providências urgentes, será a reta final da Nação".

Cid Sampaio quer aumentar produção de álcool

O ex-governador de Pernambuco e candidato ao Senado pelo PMDB nas últimas eleições, empresário Cid Sampaio, defendeu, em entrevista exclusiva à Sincural do HP em Recife, a necessidade do Brasil acelerar a produção de álcool combustível e buscar novas fontes energéticas alternativas ao petróleo, no sentido de equilibrar a nossa balança comercial e injetar mais dinheiro na economia nacional.

"Se nos montássemos um grande número de destilarias que possibilitasse a substituição total do diesel e da gasolina pelo álcool, sobriaria uma

Empurram ao Brasil remédios condenados

Drogas proibidas em outros países são vendidas aqui e podem causar cegueira.

Além de se locupletarem em nosso mercado, as multinacionais do setor farmacêutico ameaçam a saúde de nosso povo, vendendo remédios condenados em seus países de origem.

O Winstrol, medicamento produzido pelo Laboratório Winthrop, pode causar sérias perturbações no crescimento e no desenvolvimento sexual, se dado a crianças. Nas meninas, pode provocar aumento no crescimento de pelos no corpo e tendências masculinizantes. Tais perturbações são geralmente irreversíveis, mesmo com a suspensão da droga. A American Letter, publicação norte-americana especializada em medicamentos, afirma que "toda a criança que toma esta droga nas doses recomendadas, por um tempo suficientemente longo, demonstrará estes efeitos". Pois bem, no Brasil este remédio é de venda livre, indicado, segundo a bula, como "estimulador de apetite" e "nas alterações do tripismo do crescimento das crianças em idade pré-escolar".

REMÉDIOS PROIBIDOS PODEM CAUSAR CEGUEIRA
Medicamentos como o Entero víofórmio, da Ciba, e

quase três dezenas de similares, são vendidos livremente no Brasil, apesar de proibidos nos EUA e no Japão, por poderem provocar cegueira. Também à venda no Brasil, continuam os analgésicos produzidos à base de dipirona, como Novalgina, Comel, Beserol, Baralgin, Dorflex e outros, proibidos nos Estados Unidos e denunciados ao governo brasileiro pela Associação Médica do Rio de Janeiro.

Nos Estados Unidos, a Johnson e Johnson vende o anti-diarreico Immodium com a recomendação que deve ser prescrito apenas a crianças maiores de doze anos. No Brasil, o mesmo remédio é vendido, sob a nome comercial Imosec, como aconselhável para crianças a partir dos três meses de idade.

Ao lado das experiências, buscam aumentar suas vendas com informações incompletas ou falsas nas bulas. É o caso da píluia anticoncepcional Ovulan, dos Laboratórios Searle. Na bula da versão norte-americana, aparecem os seguintes efeitos colaterais: "náusea, queda de cabelo, nervosismo, icterícia, pressão alta, alterações de peso, dores de cabeça". Na bula da versão brasileira, aparece o seguinte: "nenhum".

IMBEL condena importação dos mísseis de Israel

O Brasil tem condições de desenvolver um produto melhor que o míssil "Gabriel" que já está tecnologicamente ultrapassado, afirma Withaker, presidente da IMBEL.

"Eu entendo que não há motivo para importar tecnologia antiquada se temos coisas melhores no Brasil". Com essas palavras, o presidente da Imbel (Indústria de Material Bélico do Brasil) e da Engesa (Engenheiros Especializados S.A.), empresário José Maria Withaker Ribeiro, recusou a oferta israelense de importação de seu míssil antinavio Gabriel.

O míssil Gabriel, afirmou categoricamente, Withaker.

Na opinião do presidente da Imbel, "há condições de desenvolvimento de um míssil de melhor qualidade tecnológica no País, sem gasto de divisas".

Será o fim da indústria bélica nacional caso se registre a importação do Gabriel. Todo o esforço que desenvolvemos até agora estará perdido, disse Withaker. Não

podemos importar caixa-preta, uma tecnologia que não vai ser absorvida pela indústria nacional. Um país da América Latina importou um míssil de alto nível tecnológico e depois não soube usá-lo, advertiu ele, referindo-se à Argentina.

Para o presidente da Imbel, o avanço tecnológico brasileiro no campo da indústria bélica nos últimos anos foi muito grande. "O Brasil tem condições de desenvolver um produto melhor que o Gabriel, desenvolvendo há dez anos e tecnologicamente "ultrapassado".

Outro motivo levantado por Withaker para rejeitar a proposta de Israel foi a possibilidade de a operação vir a afetar as exportações de armamentos para outros países do Oriente Médio, que são responsáveis por 60% das vendas externas do setor.

ATENTADO AO PAPA

Desaba a farsa montada pela CIA

Terrorista turco confessa que mentiu sobre a "conexão búlgara". Agca é fascista fichado e agiu sob inspiração da CIA. Revista brasileira também colaborou com os fracassados ressuscitadores da guerra fria.

Por dois anos as agências multinacionais de notícias bombardearam, sistematicamente, através de jornais e TVs de boa parte do mundo, "provas irrefutáveis" da participação da Bulgária e da União Soviética no atentado ao Papa João Paulo II. Vergonhosamente, a barulhenta farsa agora desaba, deixando na sua queda o rastro da CIA em toda a encenação e no próprio atentado.

Revela o "La Repubblica", um dos maiores diários da Itália, que a justiça ouviu do terrorista turco, Mehmet Ali Agca, recente confissão em que este admite haver mentido sobre a suposta participação de Ivanov Antonov, funcionário da "Balkan Airlines", no episódio. Agca reconheceu haver inventado a história sobre sua reunião com Antonov e sua esposa, na qual o atentado ao Sumo Pontífice fora arquitetado. Aliás, uma reunião tão absurda que, mesmo que Rosita Antonov quisesse, não poderia estar nela: estava em férias na Jugoslávia, como comprovaram várias testemunhas, pilhas de documentos alfandegários e notas de hotel datadas da época.

Por sinal, uma sucessão de irregularidades marcaram os "depoimentos" anteriores de Agca contra Antonov e a Bulgária. Desde que foi preso, nada havia mencionado sobre seus supostos cúmplices. Só muito mais tarde começou a desfiar o rosário de invenções. Certamen-

te, algo no qual estão metidos os agentes do serviço secreto da Itália (estritamente ligado a CIA) que, ao arripio da lei e sem autorização do juiz, tiveram repetidos encontros com o terrorista turco em sua cela.

ABSURDA CONEXÃO

No auge da farsa, a revista Veja (nº 760), agarrando-se nos pretensos "132 anos de credibilidade do New York Times", plagiou-lhe matéria em que sustentava teoria acerca da mais absurda "conexão" de fatos e personagens vista nos últimos tempos, toda ela voltada para provocar a URSS, justo durante as atuais negociações de desarmamento.

Segundo a matéria do NYT que Veja copia, a URSS, por intermédio da Bulgária, aliciou Mehmet Ali Agca e preparou todo o atentado. Eis as "provas": "fontes" do serviço secreto francês "teriam" assegurado isso(!). Estas "fontes" "teriam" recolhido tal informação junto ao búlgaro Iordan Mantorov, desconhecido personagem que diz ter sido diplomata antes de ter desertado e passar a denegrir seu país (segundo a embaixada da Bulgária, ele não foi coisa alguma além de simples funcionário desta). Ainda segundo Veja/NYT, Mantorov "teria" sabido dos detalhes de toda a trama por um "amigo íntimo" de nome

Dimitar Savov, "funcionário da inteligência búlgara" de "paradeiro desconhecido".

A rocambolesca "conexão" pretende escorar algo tão frágil e inverossímil quanto a surrealista vinculação da URSS com Ali Agca, terrorista de direita ligado à CIA, um fato "esquecido" pelas

agências de desinformação durante todo o processo. mente imune a qualquer polícia, o terrorista circulou por sete países membros da OTAN, estabelecendo contato com outras organizações fascistas, obtendo dinheiro, documentos e armas. Recentemente, o agente da

CIA, Frank Terpil, sustentou haver vendido armas aos "Lobos Cinzentos", declaração que provocou manchetes nos maiores jornais turcos.

De todo o episódio, sai irremediavelmente desmoralizado o governo do primeiro-ministro Amintore Fanfani, já atingido pelos ecos dos escândalos de corrupção da Lockheed e da Loja P-2 e pelos recentes acontecimentos que envolveram colaboradores seus com a Máfia (ver HP 114). Fanfani não hesitou em ceder às pressões da CIA e, através de seus ministros, ajudou a trombeta e sustentar as acusações forjadas contra duas nações amigas da Itália, a URSS e a Bulgária. Além disso, também ameaça passar à história como conivente com os verdadeiros mentores da tentativa de assassinato do Sumo Pontífice, crime ocorrido sob as barbas dos governantes italianos e que deles não mereceu um pinga de honestidade nas investigações até agora feitas.

O episódio, como já havia apontado o HP, traz em si a projeção que a CIA pretende fazer sobre outras nações de seus próprios métodos de ação. Projeção da qual foi instrumento o governo Fanfani que, insatisfeito com todos os prejuízos que já criou para a República Italiana, agora decidiu ser joqueiro nas mãos dos ressuscitadores da guerra fria.



agências de desinformação durante todo o processo.

GOVERNO ITALIANO DESMORALIZADO
Militante dos "Lobos Cin-



Conexão evidente

Balas criminosas disparadas contra um líder espiritual da humanidade quando desfilava em carro aberto, acenando à multidão. Horror e revolta em todo o mundo. O criminoso, um ilustre desconhecido com traços de desequilíbrio, é imediatamente apresentado como "agente de Moscou". Pouco tempo depois, a verdade: por trás de tudo estava a CIA, como foi fartamente demonstrado por depoimentos, fatos e livros.

Não. Não é de João Paulo II e Mehmet Ali Agca que estamos falando. O caso, terrivelmente semelhante, é o assassinato

do presidente John F. Kennedy e o "agente de Moscou" é Lee Harvey Oswald*, adestrado pela CIA no Japão nos anos 57-58. A este hediondo crime, juntam-se os assassinatos de Robert Kennedy, Martin Luther King, Orlando Letelier, Patrice Lumumba e os atentados à vida de Fidel Castro — todos crimes onde aparece a mão da CIA.

* Lee Oswald foi assassinado na prisão por Jack Ruby, mafioso também ligado à CIA, justo quando ameaçava fazer "muita coisa".

Reagan viola lei americana para sustentar somozistas

"O apoio do presidente Ronald Reagan às forças somozistas é uma clara violação à lei americana". A afirmação é do Senador democrata Christopher Dodd, esclarecendo que, em 1982, o Congresso dos EUA aprovou uma emenda proibindo a CIA de fornecer armas e assessoria para tentativas de derrubada do governo sandinista.

Por seu lado, o senador democrata Gary Hart anunciou que vai apresentar uma resolução no Senado, explicitando melhor a emenda de 82, para assim acabar com a criminoso ajuda da CIA aos contra-revolucionários somozistas.

Esta foi a pronta resposta dos parlamentares e democratas norte-americanos perante a desfaçatez de Reagan, que tenta que o Congresso aprove mais um aumento na verba militar para financiar e armar os quadriheiros da ex-guarda somozista, que a partir de Honduras, assaltam a Nicarágua, matando e destruindo.

Os índios miskitos, que vivem na região fronteiriça com Honduras, são as vítimas preferidas dos terroristas armados, treinados e comandados pela CIA como mostrou a televisão norte-americana num documentário recente. Setenta e cinco crianças, na maioria com idades inferiores a 4 anos, e 9 mulheres mortas, é o trágico saldo de um massacre realizado em Apayal, além de centenas de outras mortes por todo o território da Nicarágua próximo à fronteira com Honduras.

Milhares de índios já abandonaram seus lares fugindo em direção ao sul e muitos outros continuam ainda a abandonar a região assolada pelos celerados da FDN, Frente Democrática Nacional, nome com que, eufemisticamente, a legião do ex-ditador batizou a sua organização.

Implantar um governo fantasma na

fronteira com Honduras e assim justificar uma intervenção direta dos "marines" americanos, é o plano elaborado pelo Pentágono que os mercenários que serviram Somoza estão tentando pôr em prática, com a ajuda de quase 60 milhões de dólares e centenas de agentes da CIA, sendo pelo menos 100 de naturalidade norte-americana, só em território nicaraguense, além de navios e aviões com radares que informam os somozistas dos movimentos do exército sandinista.

PASTORA ALIADO COM MERCENARIOS

Eden Pastora, malgrado afirmar publicamente que não está formalmente aliado à fascista FDN, participa do plano sinistro.

Alfonso Robelo, ex-ministro de Somoza e dirigente da FDN, não esconde essa aliança quando se apresentou ao México, no dia 15 passado, como porta-voz de Eden Pastora para ler uma carta do mundo.

E o reune também não duvida do comportamento criminoso do ex-comandante Zero quando ele tenta, ridiculamente, invadir a Nicarágua pelo sul, num movimento sintonizado com os mercenários que atacam do norte. Por isso, e pelo absurdo que representa essa aventura da CIA, o XVI Congresso da Internacional Socialista com 80 países e 300 observadores condenou vigorosamente as "tentativas de desestabilização da Nicarágua" e se somou à Grã-Bretanha e às nações do grupo de Contadora (Panamá, Colômbia, México, Venezuela, Suécia e França) para exigir o diálogo bilateral entre Nicarágua e Honduras para resolver o conflito.

ELEIÇÕES EM PORTUGAL

APU quer união com PS para garantir conquistas de Abril

As eleições extraordinárias, no dia 25, para a Assembleia da República marcam o 9º aniversário da Revolução de Abril em Portugal.

O governo da A.D. (Aliança Democrática), formada pelo Partido Social-Democrata e pelo Centro Democrático Social, após dois anos de administração desastrosa, voltada para a fúria da empresa portuguesa: para o arrocho salarial e para o endividamento externo (treze bilhões de dólares), este proporcionalmente maior que o brasileiro, foi impotente para resistir ao protesto nacional. O primeiro ministro Pinto Balsemão demitiu-se, arrastando consigo um governo onde ninguém mais se entendia.

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, percebendo a desintonia da AD com os anseios e aspirações do povo, dissolveu a Assembleia da República e convocou eleições extraordinárias.

Quatro grandes partidos concorrem às eleições: os despedaçados PSD e CDS que, por não se entenderem, não formaram aliança, o Partido Comunista e a Aliança Povo Unido (APU), composta pelo Partido Comunista Português (PCP), pelo Movimento Democrático Português (MDP-CDE) e candidatos independentes.

O PSD e o CDS, principais responsáveis pela crise que Portugal atravessa e sabendo que o seu programa de entrega do país aos banqueiros internacionais e ao FMI é indefensável, orientam as suas campanhas

pelo rancor anticomunista, mau hábito herdado dos tempos negros do ditador Salazar, e procuram desesperadamente candidatos que aparentemente não tenham estado diretamente envolvidos com o governo demissionário, por pensarem que assim, não serão responsabilizados pela política do governo saudosista que tentou de tudo para fazer Portugal retornar à perseguição, miséria e obscurantismo que espezinhou o povo luso durante 50 anos.

A APU, que desde o primeiro momento, tem defendido e garantido a democracia e liberdade instauradas pelos Capitães de Abril, propõe para resolver a crise, o respeito pela constituição, pela ordem democrática, pelas liberdades e demais conquistas alcançadas com o 25 de Abril, em particular as nacionalizações, a reforma agrária, o poder democrático local, a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e a proteção à pequena e média empresa com prioridade para a produção dos bens, hoje, importados por Portugal.

O Partido Socialista comandado por Mário Soares, que se propõe ser a solução intermediária entre a política do depósito governo de direita e o programa democrático da APU, anunciou que depois das eleições vai se compor com o PSD e possivelmente com o CDS para formar governo. Essa atitude não é mais do que dar continuidade, de uma forma mais atenuada, à derrotada administração da AD.

Manuel Tavares

Comunidade portuguesa do Brasil tem candidato

A lei portuguesa estabelece quatro cadeiras no parlamento a serem preenchidas pelos candidatos imigrantes sendo que dois, são das comunidades na Europa e dois, dos portugueses nos outros países do mundo. A nossa reportagem ouviu diversos portugueses residentes no Brasil. As perspectivas são alentadoras por considerarem que com o candidato independente coligado na APU, Antônio José Mendes Bravo, residente no Rio de Janeiro há mais de 30 anos, a política de descaço que os governos de Lisboa têm relegado aos imigrantes, não terá vez.

Desde os anos tristes de Salazar até a sua herdeira AD, com raras exceções de governos provisórios onde participaram o PCP e o MDP—pós 25 de Abril, que os mandatários do poder têm orientado a sua política para empurrar os portugueses para fora do país à procura de melhores condições de vida, em vez de desenvolverem a economia nacional e garantirem emprego, moradia, saúde e educação para o povo. Essa política antinacional atingiu proporções tais que nas cidades de Paris e Rio de Janeiro vivem mais portugueses que no Porto, a segunda maior de Portugal.

"Absurdos como a existência de vãos charters, que são mais baratos só de Portugal para o Brasil e não daqui

para Portugal, mostram a despreocupação das autoridades de Lisboa com os portugueses que por incompetência de governos anteriores, se viram obrigados a emigrar", afirmou o sr. José Luiz, português e residente em São Paulo onde é proprietário de uma panificadora.

A principal reivindicação da comunidade portuguesa é a instauração de comissões consulares de emigrantes já criadas por lei assinada pelo presidente da República Portuguesa. De acordo com o nosso entrevistado, sr. Manuel Souza, português residente no Rio, "essas comissões destinam-se a ajudar a difícil adaptação dos recém-chegados, a prestar dos mais diversos auxílios aos portugueses em geral, aqui residentes tanto no campo da saúde, como assistência jurídica e até ajuda econômica àqueles que estiverem em situação financeira momentaneamente difícil. Em resumo, queremos manter vivos os nossos vínculos com a pátria".

Nesse sentido, o sr. José Luiz lembra a todos os portugueses que em dezembro de 1984 se realizarão as eleições ordinárias para a Assembleia da República de Portugal, e que todos devem se dirigir aos consulados para se inscreverem, e assim poderem votar, a partir do próximo dia 2 de maio até 30 de junho.

CULTURA



EMBRAFILME defende mercado para o cinema nacional

Lideradas por dois grandes grupos internacionais, representantes das multinacionais ligadas à exibição e distribuição de filmes, a norte-americana Cinema International Corporation (CIC) e a francesa Gaumont, 18 e empresas exibidoras tiveram uma liminar concedida pelo juiz da 6ª Vara Federal de São Paulo, pedindo a redução dos dias de exibição obrigatória de filmes nacionais, dos atuais 140 para apenas 28 dias por ano.

QUEREM ASFIXIAR A PRODUÇÃO BRASILEIRA

A ação provocou a união imediata da Embrafilme e do MEC com cineastas, produtores, artistas e técnicos de cinema, que passaram rapidamente ao contra-ataque à absurda pretensão: a de alguém de fora determinar que fátia do nosso próprio mer-

cado podemos ocupar.

"Digo a todos o que as empresas de distribuição internacionais realmente querem: asfixiar a produção brasileira", disse o presidente da Embrafilme, Roberto Parreira, em Brasília, sensibilizou a Procuradoria Geral da República para o problema, devendo a União recorrer dessa liminar.

A reação dos profissionais de cinema e dos órgãos oficiais foi tão enérgica e imediata, que a Gaumont voltou atrás e retirou seu apoio à ação, enviando telegrama à Embrafilme, praticamente se desculpando pela sua atitude.

Pela lei atual, 140 dias por ano estão reservados para o cinema nacional e 220 para os filmes estrangeiros. Pela liminar impetrada pelas multinacionais, os dias reservados aos filmes brasileiros, de 140 passariam para apenas 28,

cabendo aos filmes estrangeiros nada menos do que 342 dias por ano, o que significaria o completo esmagamento da produção brasileira.

FILME NACIONAL É COMPETITIVO

Com medidas como essa, explica o presidente da Embrafilme, as empresas internacionais estão preparando terreno para "impôr práticas típicas de monopólio, como a venda de pacotes de filmes, onde o cliente é obrigado a comprar dez longa-metragens de má qualidade para exibir um E.T. por exemplo".

Com o incremento da produção nacional (nos últimos cinco anos produzimos 482 filmes) e sua aceitação pelo mercado, apoiada pela obrigatoriedade de 140 dias, ameaçamos essa intenção dos distribuidores internacionais, diz Parreira. A falta de competitividade

dos filmes nacionais, um dos argumentos citados na liminar, é amplamente desmentida pelos fatos: sete filmes brasileiros ultrapassaram a barreira dos Cr\$ 200 milhões de arrecadação contra apenas três filmes estrangeiros.

Enquanto se aguarda a decisão da Justiça, os maiores exibidores brasileiros, como Luis Severiano Ribeiro e Primo Carbonari, não aderiram à iniciativa da CIC e da Gaumont, que contou com o apoio de apenas 30% dos exibidores.

A evasão da renda das bilheterias é outro problema que vem afligindo produtores e cineastas brasileiros que legalmente têm direito a 25% da renda. De acordo com a Embrafilme o problema é causado basicamente pela falta de fiscalização. Existem apenas 61 fiscais, número completamente insuficiente

para cobrir todos os cinemas do País.

MEIA ENTRADA À TODOS

A Embrafilme espera que, a extensão da meia-entrada a toda a população, medida que vigorará a partir de 9 de maio, contribuirá não apenas para aumentar a frequência do público, evitando assim que um número cada vez maior de cinemas fechem suas portas, como também para impedir o desvio da renda.

Todos os dias da semana terão sessões de meia-entrada em determinados horários. Na quarta-feira, todas as sessões serão de meia-entrada. Assim, com sessões com um único tipo de entrada, pretende-se eliminar uma prática de fraude, bastante comum entre muitos exibidores: a venda da meia-entrada como inteira.

A MAIOR MANIFESTAÇÃO VISTA NO RIO:

Brizola e sindicatos unidos no 1.º de Maio!

Esperadas 200 mil pessoas na Quinta da Boa Vista. União e ação contra recessão e por política econômica independente

No dia 1.º de Maio, o Rio realizará a sua mais expressiva e unitária comemoração da data universal dos trabalhadores. Unindo os esforços das federações e sindicatos aos do governo estadual, gigantesca manifestação está sendo convocada para a Quinta da Boa Vista, a partir das 14 horas. Segundo as estimativas do movimento sindical e da Secretaria do Trabalho, o ato contará com a presença de cerca de 200 mil pessoas, estando praticamente confirmado, como ponto alto do dia do trabalhador, o pronunciamento de Leonel Brizola. Em São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco, além de outros estados, também estão sendo preparadas comemorações e manifestações pela passagem desta data.

Diz Eraldo Lirio, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG-RJ): "o 1.º de Maio vai falar o que o Brasil todo está sentindo: do modelo econômico não deu certo e queremos mudanças. O que falta às autoridades é decisão, e

elas não podem continuar demorando em tomá-la!". E, em todas as fábricas e locais de trabalho, as entidades sindicais distribuem milhares de convocações, chamando todos à exigirem o fim do arrocho salarial, reforma tributária, democracia e política econômica independente.

O governo estadual, através do Secretário do Trabalho, Carlos Alberto Oliveira, colocou à disposição todos os meios necessários ao sucesso do evento. Sob a coordenação da Secretaria do Trabalho, a Secretaria de Transportes assegurou os ônibus da CTC para o transporte gratuito dos trabalhadores e suas famílias para a Quinta da Boa Vista; a de Obras, a preparação do local; a de Esporte e Turismo, a infraestrutura, o palanque e o som; a de Saúde, o serviço médico no local e, por fim, a própria pasta do trabalho encarregou-se da divulgação junto à TV, rádios e jornais.

"E assim que o novo governo, de vocação e prática democrática, encara as comemorações de 1.º de Maio. Este é o momento dos trabalhadores ressaltarem suas



Francisco Dal Prá, presidente da Federação dos Metalúrgicos do Rio, Carlos Alberto Oliveira, Secretário do Trabalho do governo Brizola e Eraldo Lirio, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG-RJ).

conquistas políticas e sociais e reafirmarem a sua luta", diz Carlos Alberto Oliveira, o Caó.

"Reconhecendo a importância política dos trabalhadores na solução da crise e no avanço da Democracia, o governador Brizola determinou que dessemos apoio a tudo que fosse solicitado pelos sindicalistas no sentido de que o 1.º de Maio seja um marco nas manifestações dos trabalhadores nos últimos 19 anos", afirmou o titular da

pasta do trabalho.

"Da parte do governo", destaca Caó, "esperamos que o comício e a comemoração do 1.º de Maio mobilizem amplas camadas e segmentos de nossa sociedade, representando uma grande manifestação contra o desemprego e a crise social que se abate sobre o Brasil".

Expressando o ponto de vista do movimento sindical, Francisco Dal Prá, presidente da Federação dos Metalúrgicos do Rio, afirma que

"está unidade entre as entidades da classe trabalhadora e o governo estadual é do interesse geral". "O fortalecimento de nossa luta e a colaboração do governo são da maior importância para garantir a paz e a tranquilidade em nosso estado, esperamos que outros governos sigam esse exemplo", diz Dal Prá, que acrescenta: "esta comemoração levará a todos a mensagem de união para pôr fim a tudo o que o FMI vem provocando aqui!".

Avançar com a CNTI contra o decreto-arrocho

Antonio Alves
Editor Sindical

O intenso processo eleitoral vivido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) acelerou ainda mais a nova fase vivida pela entidade, a maior do sindicalismo brasileiro (62 federações congregadas, representando a 1.064 sindicatos). É este o significado do renovador debate desenvolvido ao longo da campanha pela chapa presidida por Ary Campista, reeleita, e a liderada por Joaquim Andrade, considerada por várias federações como aquela com melhores condições de liderar o pujante movimento atual da classe trabalhadora.

Independentemente do resultado, esta eleição e a gestão que se inicia estão profundamente marcadas pela inegável dinamização que a entidade vive. Duas das mais importantes mobilizações sindicais ocorridas nos últimos anos, inclusive, deram-se no âmbito da CNTI: a histórica plenária acontecida em Brasília, no início de 82, na qual a entidade concluiu, diante do Pacote da Previdência, a que os trabalhadores repudiassem o PDS nas urnas e a recente mobilização deflagrada pelas federações filiadas à CNTI para a derrubada do decreto-arrocho 2012, responsável pela decisiva caravana à Brasília que obteve do Congresso Nacional a antecipação da leitura do decreto — ação na qual foi destacada a lider

ança do companheiro Joaquim Andrade.

Como é patente, esta nova e dinâmica fase que a CNTI começa a viver passará, crescentemente, a ditar os passos desta importantíssima entidade. E isto, até porque já está acontecendo, é impossível ser ignorado.

O momento é de prosseguir, engrossar e acelerar este rumo, tornando a CNTI cada vez mais vinculada às lutas e ao trabalho das federações. Esta é a tarefa de todos os dirigentes sindicais. As lideranças que participaram da campanha da chapa encabeçada por Joaquim Andrade, cabe fortalecer aquilo que, com sucesso, já está se fazendo: trazer à CNTI todo o peso da contribuição de cada uma das representações dos trabalhadores. Por outro lado, à diretoria da CNTI compete, cada vez mais, sintonizar a entidade com este vigoroso movimento, como também pensar várias das entidades que reelegeram o presidente Ary Campista.

Agindo assim, vitalizando ainda mais a vocação unitária do sindicalismo brasileiro, a CNTI e as federações sindicais vão ter diante de si as melhores armas para sua batalha n.º 1: pôr abaixo o inaceitável Decreto-Lei 2012!

Rio cerra fileiras contra desemprego e modelo falido

Com a participação de nove sindicalistas representativos das federações e sindicatos, o governo do Rio formou "Comissão para a Constituição de uma Política Emergente de Emprego", visando mobilizar os investimentos ligados às áreas capazes de gerar rapidamente um certo número de empregos, como a Construção Civil.

Através de documentos das entidades sindicais, a iniciativa recebeu o apoio dos trabalhadores. "Neste documento", declara Laércio Figueiredo, presidente da Federação dos Bancários do Rio, "afirmamos também

que os governos estaduais, de fato, pouco podem fazer para solucionar o explosivo problema do desemprego". "Isto porque que?", interroga o dirigente sindical, apresentando ele mesmo a razão:

— A política econômica do governo federal está sendo dirigida pelo inaceitáveis compromissos assumidos com o FMI, que têm gerado desemprego em massa. Este modelo não tem nenhuma eficácia, é preciso nos juntarmos todos para mudá-lo, mudando também os homens que o aplicam: o Delfim e seus escudeiros.

Trabalhadores e petebistas contra a trama pró-arrocho



As assembléias sindicais de todo o país aprovaram a convocação da greve geral contra o decreto-arrocho

Juntó ao movimento sindical e numerosos setores do PTB não poderia ser maior o rechaço às tentativas de dirigentes do PDS que, fugindo ao diálogo, partiram para manobras de sedução de petebistas com um acordo que visa aprovar o decreto-arrocho 2012.

"Vergaço qualquer espécie de acordo com o PDS para aprovar coisas deste gênero!", exclamou em debate no Programa Ferreira Neto o deputado Farabullini Jr. (PTB-SP) — um dos coordenadores do movimento dentro de seu partido contra tal composição. "Este acordo é uma ignomínia! É hora das bases trabalhistas levantarem-se contra ele".

Desde o início, contrários ao decreto, vários setores do PDS mostraram-se ainda mais indignados com esta tentativa de acordo com o PTB em favor do arrocho. Ao lado disso, cresce a movimentação do senador Chiarelli (PDS-RS) e demais líderes petebistas em desacordo com o 2012.

"Vamos nos unir com os parlamentares e barrar este decreto, nem que seja no peito e na raça", assegura Francisco Dal Prá, presidente da Federação dos Metalúrgicos do Rio. "Não adianta, este papo do PDS tentar atrair o PTB, nós temos força suficiente para derrotar o arrocho", afirma o líder sindical. No conjunto do movimento sindical, a possibilidade desta trapaça vir através-se no caminho da Nação redobrou a disposição de ir à greve geral contra o arrocho — aliás, uma decisão já assumida pelas entidades sindicais de todo o país.

Clube dos srgtos. da PM em festa



1.º srgto. PM Gildo Benício (de farda) e 1.º srgto. PM José de Menezes, lado a lado por Celso Soares e Arlene Cardoso, representantes do HP

Após expressiva vitória nas urnas da chapa "União de Ponta à Ponta", tomou posse a nova diretoria do Clube dos Sargentos e Sub-Tenentes da Polícia Militar de São Paulo, presidida pelo 1.º Sargento Gildo Benício dos Santos e tendo como vice-presidente o 1.º Sargento José de Menezes Cabral.

Em seu discurso de posse, o novo presidente afirmou que o Clube, que conta com 13 mil associados e 13 diretorias regionais no interior do Estado, está pronto a colaborar com o governador Montoro, solidarizando-

se com a sua atuação durante os recentes conflitos em São Paulo. O 1.º Sargento Gildo também ressaltou o papel que a entidade continuará desempenhando na luta pela valorização humana e profissional dos sargentos e sub-tenentes.

Representantes do governo do Estado, do Alto Comando da PM e do Clube Social dos Cabos e Soldados prestigiaram a posse da nova diretoria, assim como nosso diretor Celso Soares e nossa colaboradora Arlene Cardoso, representando o HORA DO POVO.

Garra e unidade no congresso da AMES!

Brizola e estudantes juntos pela meia-passage e verbas para o ensino.

Explodia em alegria o Congresso da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas do Rio (AMES-RJ). Sob aplausos, o prefeito do Rio, Jamil Haddad (PDT), acabava de anunciar a formação de uma comissão conjunta da AMES e da prefeitura visando a implantação da meia-passage para o 2.º grau. A esta vitória juntava-se outra: neste mesmo dia, a AMES realizava, com o decisivo apoio do governo Brizola, o mais expressivo congresso de sua existência. Ali estavam cerca de 5.000 estudantes, incluídos 1.150 delegados eleitos nas escolas, vindos do Rio, Nova Iguaçu, Caxias, Niterói, São Gonçalo e Petrópolis.

Coroava-se assim o intenso trabalho desenvolvido pela AMES desde a sua reconstrução. Na gestão que encerrou-se, presidida por Aluísio Castro, a entidade comandou, além de inúmeras lutas nas escolas, a vitoriosa campanha da meia-passage. Uma mobilização tão vigorosa que, em Nova Iguaçu, tão logo o prefeito Paulo Leone (PDT) tomou posse, foi instituída a passagem gratuí-

ta para o 1.º grau do município! Por unanimidade, os delegados das escolas secundaristas do Rio aprovaram a delagação de campanha para a suplementação de verbas para o 1.º e 2.º grau, somando forças com a Secretaria de Educação no encaminhamento desta reivindicação junto ao governo federal. O congresso também decidiu-se pela exigência de subsídios do MEC para as escolas particulares, de forma a conter os elevados aumentos de mensalidades.

Destoando do clima reinante, já no início dos trabalhos, meia dúzia de elementos pretendia tumultuar a reunião, inclusive com ataques ao governo Brizola e Montoro. Assim como a população fluminense desarticulou recentemente a ação de baderneiros e instigadores de invasões de terra, o congresso fez correr os baderneiros debaixo de vaia e bolas de papel.

Já então, todas as bancadas apontavam em coro o nome de Jânio Costa para a presidência da entidade, numa impressionante unanimidade. Um pequeno número

de pessoas porém, recusou-se a integrar a diretoria unitária, apresentando outra chapa, excluindo a maioria das lideranças. Uma vez mais, os intentos divisionistas não prosperaram: feita a votação, o simples contraste visual mostrou que 95% dos delegados havia escolhido a chapa encabeçada por Jânio Costa. Posteriormente, o tal grupo resolveu ir ao Congresso da União Brasileira dos Estu-

dantes Secundaristas (UBES) para tentar convencê-lo à nada mais nada menos, não reconhecer a AMES e sua diretoria. De novo, tiveram de pôr o rabo entre as pernas: o Congresso da UBES rechaçou o convite à divisão dos secundaristas, derrotando a trama contra a AMES — uma das mais representativas e combativas entidades da juventude.

Com sua entidade mais forte que nunca, ao lado da Nação em sua caminhada para a libertação, os milhares de estudantes secundaristas do Rio tinham o melhor dos motivos para encerrar seu congresso com o poderoso coro "A AMES SOMOS NÓS, NOSSA FORÇA E NOSSA VOZ!". "A UBES SOMOS NÓS, NOSSA FORÇA E NOSSA VOZ!".

UBES faz XXI.º congresso

Nos dias 20, 21, 22 e 23, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) realizou em Campinas (SP) seu XXI.º Congresso, que contou com presença de mais de 1.500 delegados vindos de todo o país — clara demonstração do fortalecimento da entidade desde sua reconstrução. Ao lado de outras personalidades, compareceu à abertura do congresso o deputado Manoel Moreira, representando o governador Franco Montoro.

Em meio à expressiva participação das delegações, uma das melhores e mais decisivas contribuições aos trabalhos foi dada pela numerosa bancada do Rio, liderada pela AMES-RJ. O comportamento de alguns ex-diretores da UBES, no entanto, levou a que várias e condenáveis irregularidades acontecessem, particularmente no credenciamento para

voto das bancadas do Rio, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Pará, Ceará e Rio Grande do Norte, dentre outras. Somente a delimitação destas delegações pôde garantir que os crachás fossem distribuídos.

A mesma determinação foi de novo necessária para o rechaço da divisionista pretensão de "não reconhecer" a AMES (veja matéria acima). "A história da UBES é sinônimo de unidade e isto nada, nem ninguém, vai conseguir mudar", afirmou Aluísio Castro, ex-presidente da AMES-RJ.

O XXI.º Congresso da UBES aprovou também a intensificação da luta por verbas para a Educação, contra os aumentos abusivos e por subsídios do MEC para as escolas particulares. O novo presidente da UBES chama-se Apolinário Rebelo.

Miséria e fome nos lares dos aposentados de SP



Santos Bobadilla é tesoureiro da Federação dos Aposentados e Pensionistas do Estado de São Paulo e presidente de seu núcleo no bairro de São Miguel Paulista. Participou da fundação do PTB na década de 40, integrou a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Laticínios, Açúcar e Café de 54 até 64, quando teve seu mandato arbitrariamente cassado, participou do comando das grandes greves gerais ocorridas em São Paulo nos anos de 57 e 63 e também da direção do Pacto de Unidade Intersindical. Ajudou a fundar 34 associações de moradores na Zona Leste da capital e organizou a plenária de entidades desta região. Preso em 68 e em 75, jamais esmoreceu em seu compromisso com a luta da Nação. É também tesoureiro do PMDB de São Miguel.

"A diretoria da União dos Aposentados e Pensionistas do Brasil — núcleo de São Miguel Paulista, vem à presença da direção do HORA DO POVO denunciar o que vem acontecendo com os aposentados e pensionistas que, do ano de 65 a 77, graças ao custo de vida, perderam 63% (dados da Fundação Getúlio Vargas). Hoje, nós deveríamos receber de 2 a 4 salários mínimos, no entanto, muitos percebem a irrisória quantia de Cr\$ 23.074,00, menos que o próprio salário mínimo. Além disso, o sr. presidente da República enviou em 81 para o Congresso, o Projeto-Lei n.º 1910, aprovado por decurso de prazo devido ao não comparecimento dos parlamentares do PDS — o que prejudicou

ainda mais nossa classe. O presidente da República, não se contentando com a fome e a miséria dos aposentados, enviou agora para o Congresso Nacional, o Decreto-Lei 2012, reduzindo em mais 10% os vencimentos dos trabalhadores e dos aposentados que recebem até 3 salários mínimos.

Os aposentados e pensionistas de nossa região e do Brasil, com essa situação, são obrigados a tirar seus filhos da escola para trabalharem fora e ajudarem no sustento da casa. Somos obrigados a fazer bicos, uns vendendo bilhetes de loteria e outros vendendo jornais, engraxando sapatos e marretando nas feiras livres. Outros nem podem trabalhar por estarem doentes ou inválidos, tendo que estenderem a mão à caridade pública, vegetando até a morte.

Senhores leitores do HORA DO POVO, os aposentados e pensionistas do Brasil não são lixo! Depois de trabalharem 20, 30 ou 35 anos, contribuindo para a grandeza desta Nação, eles estão morrendo aos poucos até por falta de medicamentos, pois estes são controlados pela Central de Medicamentos (CEME), que está nas mãos das multinacionais. Depois de trabalhar de 20 a 35 anos, deveríamos poder descansar, pois muito contribuímos para com a Nação. Consideramos que a aposentadoria deveria ser um prêmio, mas ela é um perfeito castigo. Exatamente por isso, os senhores deputados e senadores do novo Congresso eleito em 15 de novembro, devem rejeitar o Decreto-Lei 2012, em favor dos aposentados e suas famílias.